



PAÇOS DE FERREIRA



iniciativa liberal

PROGRAMA AUTÁRQUICAS 2021



JOÃO CARNEIRO

28 ANOS

ECONOMISTA

LÍDER DO NÚCLEO DE PAÇOS DE FERREIRA DA INICIATIVA LIBERAL

CABEÇA DE LISTA DA INICIATIVA LIBERAL À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAÇOS DE FERREIRA.



CARTA ABERTA

Caros Pacenses,

Este é um momento histórico para Paços de Ferreira. Pela primeira vez na história, todos nós teremos uma opção liberal no boletim de voto nas próximas eleições autárquicas.

Encabeço uma lista de liberais à assembleia municipal que, tal como eu, entenderam que é possível dar um futuro diferente ao nosso município. Um futuro mais liberal, um futuro mais transparente, um futuro em que todos contem, um futuro centrado nas pessoas.

Apresentamo-nos com o único intuito de tornar Paços de Ferreira um município melhor, assente numa dinâmica de progressão económica, progressão social e onde a liberdade política seja inquestionavelmente uma realidade.

De tudo faremos para que as vossas questões e os vossos anseios sejam respondidos e solucionados. De tudo faremos para que se sintam representados, assim como a democracia representativa o exige.

Queremos ser diferentes, romper paradigmas e dizer aos pacenses que é possível fazer política de uma forma diferente. Com propostas inovadoras e irreverentes, não aplicando as mesmas receitas para os mesmos problemas de sempre.

Agora é a hora de arregaçar as mangas e trabalhar afincadamente em prol de todos vós. Juntos libertaremos Paços de Ferreira.

Um liberal irá fazer mesmo toda a diferença.

Saudações Liberais,
João Carneiro



PROGRAMA ESTRATÉGICO DA INICIATIVA LIBERAL

PAÇOS DE FERREIRA NA ROTA DA SUSTENTABILIDADE

Desde o 25 de abril de 1974 até aos dias de hoje, o município de Paços de Ferreira foi governado por dois partidos. Se fizermos a comparação com municípios mais desenvolvidos, constata-se que o nosso concelho ficou estagnado, vítima de governações autárquicas incompetentes, onde imperava a falta de visão estratégica e de integridade para olhar para além das vontades partidárias de se manterem no poder.

O nosso concelho tem várias vantagens territoriais, económicas e sociais que poderão proporcionar um potencial de desenvolvimento ímpar no panorama regional e nacional.

Paços de Ferreira tem capital humano qualificado, pessoas trabalhadoras, estabilidade demográfica, forte identidade industrial, grande disponibilidade para absorver mais empresas nos parques industriais, acessibilidade rodoviária de excelência com ágeis ligações ao norte litoral, interior norte, grande Porto e ao sul do país, a poucos minutos do porto de Leixões e do aeroporto Francisco Sá Carneiro.

Temos todos os ingredientes para o desenvolvimento sustentável de Paços de Ferreira, mas tem faltado visão e ambição dos governantes municipais para que a nossa terra se torne num exemplo de sucesso social, económico e de governação.

O Núcleo Territorial de Paços de Ferreira da Iniciativa Liberal é constituído por membros que nunca estiveram envolvidos em tabuleiros políticos nem surgiram de “Jotinhas”. É um grupo de cidadãos, com ideais Liberais e com diversas experiências e competências profissionais, que elaboraram este Programa Estratégico para Paços de Ferreira.

A Iniciativa Liberal tem uma lista candidata à Assembleia Municipal de Paços de Ferreira e pretende sensibilizar os eleitores Pacences para a necessidade de eleger deputados Liberais para que possam ter uma voz mais interventiva para escrutinar a governação do Executivo Autárquico e pressionar para a implementação das medidas constantes deste Programa Estratégico. Deve ser esta a verdadeira missão da Assembleia Municipal.



A IMPORTÂNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal, prevista no artigo 251º da Constituição da República Portuguesa (CRP) é, segundo a mesma, “o órgão deliberativo do município” e a Câmara Municipal no artigo seguinte é “o órgão executivo colegial do município”. Esta divisão de poderes emanada da CRP demonstra a importância da Assembleia Municipal, reforçada pelo facto de estes dois órgãos serem eleitos de forma independente, pois um órgão executivo está subordinado às decisões dos órgãos deliberativos.

O Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei nº 75/2013) atribui no artigo 24º à “assembleia municipal tem as competências de apreciação e fiscalização” da Câmara Municipal, o que demonstra claramente que o papel da Assembleia Municipal não deve ser relegado para segundo plano, tal como é constantemente pelos restantes partidos políticos.

Assim, derivado da lei e da constituição, a Assembleia Municipal tem o poder de condicionar o rumo das políticas da Câmara Municipal, fazendo recomendações ao executivo, aprovando ou reprovando as propostas que o executivo apresenta, inclusivamente o orçamento, condicionando a atividade do município durante o ano.

Estes papéis da Assembleia Municipal assumem uma enorme relevância que não é discutida nas campanhas eleitorais, sendo minorada a sua importância nesse momento, bem como durante toda a legislatura na qual o tempo da assembleia municipal é ocupado com lutas partidárias e acusações de parte a parte, servindo unicamente de palco para bajulação do executivo sem discussão com relevância para as políticas a seguir ou, mais importante ainda, de caminhos alternativos. Pretendemos assim com a nossa candidatura mudar não só a percepção da população do que é e para que serve a Assembleia Municipal, mas também vincar e sensibilizar para a sua importância. Neste sentido defendemos desde o primeiro momento, ainda antes mesmo da formalização do núcleo do Iniciativa Liberal - Paços de Ferreira, a transmissão da Assembleia Municipal online para que todos pudessem acompanhar as sessões à distância. Esta pequena batalha foi ganha para benefício de toda a população, pois permite uma maior transparência e escrutínio sobre os órgãos municipais.

Pretendemos também que a Assembleia assuma o seu papel deliberativo apresentando propostas e recomendações à Câmara Municipal, cumprindo assim o seu papel em pleno e não se limitando a ser a muleta do executivo.



1. COMPETITIVIDADE ECONÓMICA

Os municípios também são organizações sujeitas à concorrência!

O Liberalismo defende que o Estado não deve interferir na economia privada, salvo em situações em que a prestação do serviço não seja rentável ao privado. Mas deve ser da responsabilidade do Estado ou das autarquias, proporcionar os recursos e incentivos para atrair investimento privado.

Paços de Ferreira tem uma forte identidade industrial na área do mobiliário e do têxtil, mas tem potencial para ir muito além pelas vantagens sociais, geográficas, de acessibilidade e infra-estruturais.

1.1 REDUÇÃO DE TAXAS E IMPOSTOS

Redução das taxas e impostos nos quais a Câmara Municipal tem poder de decisão (IMI, Derrama, IRS) aos mínimos permitidos por lei. Medida a ser implementada de forma gradual, de forma a criar o mínimo impacto nas contas municipais e a permitir um ajuste pelo lado da despesa. Está limitada no curto prazo pelo resgate financeiro e depende do fim do programa de resgate ou de uma negociação com o FAM. Atualmente a participação no IRS está no máximo (5%), a derrama está isenta para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros e o IMI está com a taxa reduzida com uma redução de 70€ para agregados com 3 ou mais dependentes (podem ser aplicadas reduções para agregados com um dependente ou mais).

1.2 REFORMA DA TABELA DE TAXAS

Uma tabela de taxas reduzida e simplificada permite uma recolha mais eficiente e eficaz. A tabela de taxas em vigor no município de Paços de Ferreira é atualmente composta por 26 páginas e mais de 500 taxas. Este grande número além de criar ambiguidade, dificulta aos empresários e particulares prever os custos que terão de suportar como o trabalho dos trabalhadores do município na cobrança das mesmas. Os valores das taxas deverão ser alvo de um estudo de forma a ajustá-los, pois o princípio da taxa é cobrir os custos de determinado ato administrativo.

1.3 CRIAÇÃO DE ZONAS FRANCAS

Atualmente a Câmara Municipal avalia em que situações isenta empresas de taxas de licenciamento aquando da construção ou ampliação de instalações, o que pode levar ao favorecimento de algumas empresas em detrimento de outras. De forma a atrair empresas para as zonas industriais definidas em PDM deveriam ser criadas zonas francas com isenção de taxas de licenciamento com regras claras e para todos. As isenções podem ser totais ou parciais, consoante critérios claros e facilmente verificáveis. Estas isenções poderão ser alargadas a outros impostos, que revertem para a Câmara Municipal, dentro da legislação nacional, como o IMT e a Derrama.

[\(VER ANEXO 1\)](#)

1.4 CRIAÇÃO DO CONSELHO ECONÓMICO-SOCIAL

O Município deve ser o propulsor para a criação de um Conselho Económico-Social do concelho, no qual sejam debatidas estratégias entre privados, associações e Câmara de forma a ser criada uma agenda para o desenvolvimento económico. O objetivo não é criar nenhuma mega estrutura organizativa, mas sim criar uma pequena equipa que desenvolva a inteligência económica concelhia.

1.5 CRIAÇÃO DE BASE DE DADOS COM INDICADORES SÓCIO-ECONÓMICOS

Os dados são o novo petróleo do século XXI e as empresas decidem cada vez mais em função da recolha e tratamento de dados. Paços de Ferreira não tem qualquer base de dados que permita aos investidores a recolha de informação sócio económica do concelho, de dados demográficos, de emprego, mão-de-obra qualificada, recursos existentes e outros indicadores económicos. Defendemos que deve ser criada esta Base de Dados com indicadores Socioeconómicos do Concelho devidamente atualizada de forma sistémica e publicada online como cartão de visita para os investidores.

1.6 DIVULGAÇÃO DE TODOS OS CUSTOS ASSOCIADOS A SERVIÇOS

Todos os serviços disponibilizados pela autarquia acabam por ter custos diretos (pagamento do serviço) ou indiretos (impostos) para as empresas e cidadãos. A autarquia deve mapear os custos para os utilizadores desses serviços, as receitas diretas e indiretas. Um exemplo é a recolha dos RSU, os diferentes edifícios municipais como os pavilhões, etc.

1.7 CRIAÇÃO DO PORTAL EMPRESA

Deve ser criado o Portal Empresa no qual o processo para a criação de uma empresa será facilitado pela automatização da obtenção de documentação, submissão e encaminhamento da mesma, obtenção de licenciamentos e prestação de informação útil para o processo mediante opções tomadas pelo utilizador tendo em conta aquilo que é pretendido pelo próprio. Este portal serviria também para todos os contactos entre empresas e o município, à semelhança do que se verifica no "Portal das Finanças".

1.8 ABOLIÇÃO DA RESTRIÇÃO DE HORÁRIOS DO COMÉRCIO

O Decreto-Lei n.º 48/96 com a redação actual permite que os estabelecimentos comerciais tenham um horário de funcionamento livre, pelo que propomos a revogação das limitações impostas pelo atual regulamento. Consideramos que os empresários devem fazer as escolhas que melhor se enquadram na sua estratégia de negócio.

1.9 CRIAÇÃO DE CENTRO DE ACOLHIMENTO TECNOLÓGICO E EMPRESARIAL DE PAÇOS DE FERREIRA (CATEPF)

Para o desenvolvimento de uma região, na atualidade, um setor tecnológico e empresarial forte é indispensável. Não é por acaso que as sociedades mais modernas são as mais desenvolvidas a nível digital. É importante criar formas de fácil interação entre empresas e/ou profissionais independentes de maneira mais direta, fácil e eficaz com o intuito de impulsionar o mercado de trabalho para uma realidade mais atual, e atrair investimento. Por outro lado, o nível de qualificação dos jovens de Paços de Ferreira é também cada vez maior, e o facto de Paços de Ferreira não possuir grandes oportunidades de trabalho para os mesmos leva a que se fixem noutras regiões.

[\(VER ANEXO 2\)](#)

1.10 RENTABILIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

A CM de Paços de Ferreira enquanto entidade pública, deve privar-se da posse e acumulação de património sem qualquer finalidade. Deve ser gestor e regulador dos serviços essenciais que presta, e detentor do que por esses serviços é envolvido. Deve ainda determinar o que não é rentável desafetar para o domínio privado, por venda ou arrendamento, ou o que não se perspectiva ser mais rentável no momento, procurando uma melhor oportunidade. Naturalmente deve possuir ainda uma pequena reserva estratégica quando se prevê que possa surgir a necessidade de utilização.

[\(VER ANEXO 3\)](#)

1.11 CRIAÇÃO DO MANUAL DO INVESTIDOR

Os Investidores querem toda a informação possível que conseguirem encontrar para tomar as suas decisões de investimento. Propomos a criação de um Manual do Investidor com a descrição da burocracia, obrigações, benefícios e oportunidades de investir em Paços de Ferreira. A ideia não é fazer um documento propagandístico, mas sim um manual técnico, o que facilita a recolha de informações, para os investidores apoiarem as suas decisões.

1.12 SINERGIAS REGIONAIS NO MOBILIÁRIO

A marca “Capital do Móvel” e a marca “Rota dos Móveis” são sinónimos nacionais de qualidade e inovação na área do mobiliário. A competição entre as duas marcas impele as empresas a inovar no design e tecnicamente os seus produtos de forma a se destacar dos demais, pelo que esta competição é saudável para o desenvolvimento industrial das duas regiões.

Mas no mercado internacional a competição entre a “Capital do Móvel” e a “Rota dos Móveis” já não faz sentido, pelo que propomos que as duas marcas desenvolvam esforços conjuntos para conquistar o mercado internacional e competirem com outros países.



2. TRANSPARÊNCIA



Não basta parecê-lo, é preciso sê-lo!

A transparência, um dos pilares das sociedades democráticas, é importante para a confiança nas instituições por parte da população e para dar ferramentas à mesma para escolhas conscientes.

A governação de um município é um ato público que deve ser totalmente transparente a todas as partes interessadas, com especial ênfase nos munícipes.

A falta de publicação de documentos públicos e a falta de detalhe no conteúdo tem sido uma prática corrente pelo atual executivo municipal.

2.1 PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS

Todos os documentos públicos devem ser publicados atempadamente no Portal da Transparência e organizados de uma forma simples e intuitiva para facilitar a consulta dos mesmos. É importante a disponibilização pública destes documentos para um escrutínio simples por parte da população. Como exemplo destes documentos temos as atas, documentos financeiros, mapa de pessoal, mapa de atividades, etc.

2.2 NEWSLETTER COM INFORMAÇÃO DAS DECISÕES TOMADAS PELO EXECUTIVO E PELA ASSEMBLEIA

Os Pacenses têm o direito de serem informados daquilo que é decidido nas reuniões do Executivo e nas Assembleias Municipais, pelo que propomos a criação de uma newsletter com o resumo do que foi discutido e decidido. Juntamente deverá acompanhar a newsletter o caminho para consultar as atas e as gravações das reuniões. Esta Newsletter pode ser regular com informações relevantes para os munícipes.

2.3 TRANSMISSÃO EM LIVE STREAMING COM POSSIBILIDADE DE O PÚBLICO PARTICIPAR À DISTÂNCIA DAS REUNIÕES PÚBLICAS DA CÂMARA E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Covid-19 veio demonstrar a necessidade de formas alternativas para os cidadãos exercerem o escrutínio das atividades do município. Com o advento da internet tornou-se simples a aproximação dos cidadãos às instituições públicas, como o município reconheceu ao criar o "Município TV", pelo que a transmissão recente da Assembleia Municipal peca por tardia. Mas ainda fica em falta a transmissão das reuniões abertas ao público do executivo bem como a criação da possibilidade de intervenção do público a distância.

2.4 PORTAL DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE BENS E SERVIÇOS

A contratação pública tem de ser o mais transparente possível e para tal é necessário disponibilizar todos os documentos, nomeadamente os contratos assinados, propostas recebidas, atas dos júris, peças do concurso, etc. Estes documentos deverão estar organizados por contrato realizado e acompanhados com informações sobre a execução dos mesmos e com a justificação para a aquisição daquele bem ou serviço.

2.6 PROCEDIMENTOS MAIS TRANSPARENTES NA CONTRATAÇÃO DE QUADROS MUNICIPAIS

Na contratação de pessoal, as necessidades de admissão e o perfil desejado devem ser transparentes e adequados, eliminando qualquer possibilidade do perfil ser moldado a pessoas da simpatia dos decisores ou por motivos partidários. O departamento de gestão de pessoas deve ser um órgão independente do poder político, orientando-se apenas pelo mérito.

2.5 IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO ANTI SUBORNO (NORMA ISO 37001)

A corrupção é um problema real que mina a confiança e o funcionamento das instituições, pelo que a adopção de medidas concretas para a prevenção e detecção destas práticas é de extrema importância. A ISO 31001 é uma norma internacional criada com o objetivo de prevenir a corrupção e o suborno nas organizações. Esta norma ajuda a identificar a corrupção e fornece ferramentas para a prevenir.

2.7 PUBLICITAÇÃO DAS REUNIÕES ENTRE MEMBROS DA CM E EXECUTIVO COM ENTIDADES PRIVADAS OU EXTERNAS, JUNTAMENTE COM OS ASSUNTOS DISCUTIDOS

É de conhecimento geral a atividade de "Lobbying" em que empresas e particulares exercem a sua influência junto das instituições públicas. A União Europeia (UE) sabendo que não conseguiria acabar com esta atividade exigiu transparência, sendo que reuniões entre membros da UE e particulares passariam a ser registradas e seria tornada pública toda a informação discutida. Defendemos assim a adopção de um modelo adaptado à realidade local, com a publicação de informações entre as quais datas, participantes e assuntos tratados.

2.8 PUBLICAÇÃO DAS VOTAÇÕES NAS REUNIÕES DO EXECUTIVO E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

É importante a criação de uma página com todas as medidas apresentadas na Assembleia Municipal e nas reuniões do executivo, em que existam métricas em tempo real para as aprovadas e para avaliação da execução das mesmas (temos o exemplo da Gespaços para a qual a extinção esteve anos parada e esquecida). Juntamente teria toda a documentação associada com a sua aprovação. Esta medida é importante para que os Pacenses possam escrutinar a atividade dos membros da Assembleia Municipal e do Executivo e da forma como são afetados.

2.9 CONSULTAR A POPULAÇÃO SOBRE PROJETOS COM IMPACTO DIRETO NA MESMA

Os projetos decididos pelo município vão impactar a vida das pessoas, principalmente obras públicas, de tal forma que seria importante reunir com os habitantes que iriam ser diretamente afetados e ouvir a sua voz. Não poderia ser feito com uma simples abertura de uma consulta pública, método habitual que leva a que por tantas vezes a população não tenha conhecimento, acabando por não ter participação no processo.

2.10 CONTRATAÇÃO PÚBLICA DE BENS E SERVIÇOS

Acabar com a prática corrente, que muitas dúvidas levanta, dos ajustes diretos simplificados. Em sua substituição deveria ser adotado o processo de consulta prévia a várias entidades e a publicação das diferentes propostas entregues, tal como previsto na proposta 2.4.



Antes de mais, é necessário arrumar a casa!

À semelhança de qualquer outra organização pública ou privada, as Câmaras Municipais são organismos que se devem pautar pela eficiência dos seus recursos e processos, pela inovação permanente e pela eficácia dos seus propósitos. Para tal, é fundamental que haja boa liderança, envolvimento dos colaboradores nos objetivos e foco sistemático no bem das pessoas a quem servem e do território que gerem.

3.1 IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

A maior parte das principais Câmaras Municipais do país têm implementado, parcialmente ou na totalidade, Sistemas de Gestão da Qualidade (SGQ), de acordo com a norma internacional ISO 9001. O SGQ permite que as organizações encontrem de forma sistemática modos de rentabilização dos recursos, fazendo mais com menos, definindo objetivos e garantindo a eficácia dos seus propósitos.

O município de Paços de Ferreira está muito distante desta realidade e é imperativo que comece a transformar-se por dentro para que possa tornar-se um organismo mais efetivo na sua missão.

Assim é necessário que:

- O município de Paços de Ferreira implemente e certifique de forma progressiva todos os serviços da Câmara até atingir a sua totalidade;
- Seja criado um gabinete de gestão da qualidade do município que seja independente do poder político partidário para evitar que haja oscilações da política da qualidade de 4 em 4 anos;

3.2 DIGITALIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

Devem ser inventariados e redesenhados todos os serviços municipais de forma a torná-los mais ágeis, digitais e prestados à distância; Esta mudança é importante de forma a agilizar internamente os serviços, bem como para integrar com plataformas dirigidas aos cidadãos e empresas.

[\(VER ANEXO 4\)](#)

3.3 PLATAFORMAS PARA COMUNICAÇÃO À DISTÂNCIA

Criação de pontos de contacto à distância com o munícipe, numa perspetiva omnichannel, ou seja, que o munícipe possa utilizar vários canais de comunicação – telefone, email, chat, website, app, entre outros – de forma a beneficiar dos serviços municipais sempre com a mesma qualidade e coerência;

3.4 PORTAL DIGITAL DO MUNÍCIPE

Criação do Portal Digital do Município como principal interface com os munícipes, quer em termos de prestação dos serviços, quer em termos informativos mas, e não menos importante, que sirva de canal para a receção da voz do cidadão, com sugestões, relatos de ocorrências, reclamações e até mesmo elogios.

Neste portal deve ser incluída uma conta corrente do Município na qual todos os munícipes possam saber aquilo que têm a receber e a pagar ao município para que a Câmara Municipal possa abater as suas cobranças e agilize as suas transações.

3.6 PUBLICAÇÃO DE INDICADORES

O município deve disponibilizar uma série de indicadores relativos à administração (prazos de pagamento, número de funcionários, tempo para a aprovação de licenciamentos, custo associado a resíduos/reciclagem, etc.) acessível a todos. Estes dados devem ser de fácil compreensão e interativos.

3.8 CONCESSÃO DO GINÁSIO DA GESPACOS A PRIVADOS

Não existem motivos para que a Câmara Municipal seja prestadora de serviços nos setores do fitness e ginásio. Desta forma, sendo o ginásio um bom complemento à atividade das piscinas municipais e existindo infra estruturas já criadas para esse efeito, a prestação desse serviço deve ser concessionada a um privado que as deseje explorar.

3.5 APLICAÇÃO "O SEU MUNICÍPIO"

Disponibilização de uma app para uso com o Portal Digital do Município no qual os munícipes consigam receber alertas da parte do município, bem como alertar para situações (problemas na rodovia, jardins, resíduos acumulados, iluminação pública, etc.) que necessitem de resolução por parte dos serviços camarários e permita o acompanhamento por parte dos munícipes o estado de resolução.

3.7 INTEGRAÇÃO DA GESPACOS NA CÂMARA

Já foi votado favoravelmente em sede da Assembleia Municipal, a dissolução da empresa municipal Gespaços. Esta empresa que gere espaços desportivos, alguns parques de lazer, os museus e não só, acaba por duplicar competências que já existem na Câmara.

[VER ANEXO 5](#)

3.9 INTEGRAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS LOCAIS NA ESFERA DAS JUNTAS

A gestão de infraestruturas e ativos municipais locais, atualmente sobre a alçada da Câmara Municipal, deveria passar para a esfera das juntas de freguesia para que estas decidam o que fazer com as mesmas, essas transferências devem ter o apoio dos meios da Câmara de forma a atingir maior eficiência e redução de custos. Este apoio pode ser dado com apoio técnico e logístico para a manutenção dos espaços.

Exemplos dessas infraestruturas são os parques existentes, circuitos de manutenção, infraestruturas desportivas e locais como pavilhões desportivos.

3.10 CONCURSO PÚBLICO PARA A DIRECÇÃO DA PROFISOUSA

A Profisousa é de extrema importância para a formação profissional em Paços de Ferreira. É do nosso entendimento que deve ser gerida por profissionais na área da educação de forma independente do poder político, com o objetivo de atingir um alto grau de excelência e inovação. Atualmente fazem parte da direcção da Profisousa os Vereadores Paulo Sérgio Barbosa e Joaquim Sousa e o Presidente da Assembleia Municipal Miguel Costa.

3.11 ALTERAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DE VERBAS NA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Atualmente o critério para a atribuição de competências nas juntas de freguesia, para limpeza de bermas e manutenção de espaços verdes, não é o mais justo, visto que as verbas atribuídas contêm uma componente fixa e outra variável com base no FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro). Consideramos que estes critérios devem ser reformulados para uma componente variável consoante os quilómetros de estrada e os metros quadrados de áreas verdes que cada junta de freguesia tem à sua responsabilidade. Acreditamos que assim existirá uma atribuição mais justa das verbas necessárias para o trabalho desenvolvido pelas juntas.

3.12 VALORIZAÇÃO DOS QUADROS DA CÂMARA MUNICIPAL

Os trabalhadores são o capital mais valioso das organizações. Quando os colaboradores são devidamente envolvidos e treinados para os seus objetivos, valorizados enquanto pessoas, e quando lhes é proporcionado um bom clima organizacional, tornam-se agentes com eficiência na gestão dos recursos e correspondem às expectativas derivadas da experiência dos clientes.

Os relatos que vêm do interior da Câmara fazem transparecer que a prática da gestão é muito contrastante com os princípios enunciados.

Assim é necessário que:

- Deve ser realizada de 2 em 2 anos uma avaliação do clima organizacional. É um barómetro que faz transparecer algumas “patologias” relacionais e operacionais;
- Se Sistematize a avaliação de competências dos colaboradores com o objetivo de definir a necessidade de formação e aquisição de conhecimento para o bom desempenho das funções;
- Se preparem colaboradores para a transformação digital na Câmara.

3.13 DEPARTAMENTO DE TI

As Tecnologias de Informação estão há vários anos disseminadas na sociedade e a Câmara Municipal não pode ficar atrás. Assim é necessário um departamento de TI, autónomo de outros departamentos, com o objetivo de assegurar a manutenção do parque informático e dos vários portais do Município. Este departamento teria também como funções o apoio às juntas de freguesia.

3.14 CRIAÇÃO DE UM MAPA INTERATIVO DO MUNICÍPIO

Com o desenvolvimento da tecnologia, e com a maior exigência permitida pelo aparecimento de novas ferramentas, há uma necessidade gritante de atualizar e tornar digital e interativa grande parte da informação disponibilizada pela CM de Paços de Ferreira. Nesta informação inclui-se com enorme relevância aquela que permite ao utilizador identificar de forma mais fácil e eficiente tipologias (zonas de serviços, zonas de habitação, zonas industriais, zona patrimoniais e zonas vegetais) e caminhos pertencentes à malha viária e ou pedonal (na qual se incluem os trilhos) do mapa do Município. Não faz qualquer sentido na atualidade apresentar esta informação ao utilizador na forma de imagem, com uma carga visual exaustiva e com informação tão acumulada e sobreposta.

[\(VER ANEXO 6\)](#)

3.15 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O orçamento participativo é uma ferramenta importante, componente da democracia participativa, para o envolvimento dos cidadãos nas políticas do município. Consiste na atribuição de uma verba que será distribuída por projetos que serão apresentados e votados pelos munícipes.

3.17 ORÇAMENTO ZERO

O Orçamento Zero é uma expressão utilizada quando queremos referir uma abordagem ao orçamento em que todas as despesas são pensadas de raiz, ao invés do habitual exercício de simplesmente ajustar as rubricas existentes. Para tal seria necessário uma auditoria profunda às contas do município de forma a desenhar o novo orçamento.

3.19 IMPLEMENTAÇÃO DE JUROS DE MORA

Implementação de juros de mora para quando a autarquia demorar a pagar mais do que o acordado, havendo uma compensação pela falha de cumprimento de prazos do município para com o munícipe/empresa.

3.16 "DASHBOARD" COM A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SIMPLIFICADA

A informação sobre a execução orçamental do município está atualmente distribuída por uma série de documentos financeiros, que são obrigatoriamente publicados no site do município, que não são de fácil compreensão para os munícipes em geral, assim a criação de uma dashboard com estas informações de forma simplificada, como tem no sítio da internet da Direcção-Geral do Orçamento.

3.18 AUDITORIAS PERIÓDICAS ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO

Propomos a realização de auditorias periódicas das contas da Câmara Municipal para a detecção de possíveis ineficiências na aplicação de fundos. Assim é possível detectar onde os fundos financeiros estão mal aplicados e transferir os mesmos para onde fazem mais falta.

3.20 CRIAÇÃO DE PRAZOS MÁXIMOS DE LICENCIAMENTO

Criação de prazos máximos de licenciamento que caso ultrapassados, implicam uma penalização com redução da taxa a cobrar para a Câmara Municipal.

3.21 REUNIÕES QUINZENAIS COM JUNTAS DE FREGUESIA

Propomos criar uma reunião quinzenal obrigatória, fixa, entre o executivo e as Juntas de Freguesia para o apuramento de problemas locais, debate de resolução desses mesmos problemas e para auscultar as populações de forma mais próxima.

3.22 PLATAFORMA DE ARTICULAÇÃO E EFICIÊNCIA PARA CM

O trabalho que ao longo do tempo vai sendo desenvolvido pelos funcionários Municipais e/ou contratados pelo Município deve ser divulgado numa plataforma de acesso exclusivo aos funcionários, para que no seio da CM possa existir uma fácil gestão interna com articulação entre os diferentes departamentos, coordenadores, vereadores e presidente. É necessária a utilização dos recursos atualmente disponíveis e de fácil acesso que permitem incrementar de forma substancial a eficiência do funcionamento deste órgão. A plataforma deve consistir numa base com objetivos traçados ao longo do tempo ou no programa de candidatura pela CM, e respetivos responsáveis pelo cumprimento dos mesmos, aos quais se vão adicionando documentos à medida que são obtidos e uma barra de estado de processo. Os funcionários poderão através da plataforma compreender o que é necessário a cada momento, podendo aceder com maior facilidade a documentação, e podendo requerer serviços a outros departamentos de forma digital e direcionada, evitando assim um contacto limitado pela disponibilidade de outros e pelas condicionantes de horários, de pesquisa, entre outros.

3.23 EXIGÊNCIA DE CONTRATOS - PROGRAMA PARA CASOS DE SUBSÍDIAÇÃO DIRECTA

Devem existir critérios bem definidos para a subsídição direta das associações sob pena de os dinheiros públicos estarem a ser canalizados para atividades que não têm um impacto positivo na sociedade civil ou para associações bastante inativas.

Desta forma, a Câmara Municipal deve exigir a apresentação anual de um Contrato - Programa com cada uma das associações do município de forma a perceber qual o nível de atividade e o objeto social dessa mesma atividade e dessa forma enquadrar o nível de subsídição.

Esse Contrato - Programa é um incentivo a que as associações atinjam o seu objetivo social, precisando de cumprir aquilo a que se comprometeram para que o subsídio seja entregue.



4. PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO

Um território ordenado com sentido!

O Planeamento Regional e Urbano deve servir as pessoas, cabendo ao poder político a responsabilidade de permitir à população o seu natural desenvolvimento de forma livre, sustentável e no máximo potencial de desenvolvimento humano. Não deve nunca ser utilizado como ferramenta de planeamento central condicionando direitos de propriedade e legitimando todo o tipo de administração sem qualquer princípio de honestidade e integridade, o que se tem verificado em Paços de Ferreira sob o atual executivo com processos de expropriações. É importante planear para o futuro e salvaguardar a cada momento o potencial para comunidades futuras. O planeamento deve ainda evitar gerar contrastes e desigualdades, o que se torna difícil quando é tão centralizado, e deve ser alvo de estudos sólidos e transparentes, divulgados à comunidade. Em Paços de Ferreira esta área permanece praticamente imutável ao longo do tempo, como se o primeiro plano executado permanecesse adequado desde então.

4.1 REFORMULAÇÃO DO PDM

Para que determinadas medidas propostas no programa se tornem possíveis, deverão ser necessárias alterações ao PDM de Paços de Ferreira. Apesar de não ser processo habitual, entendemos que é um processo natural quando as propostas não representam pura demagogia, e necessitam de facto deste tipo de validação. O PDM não pode ser imutável e deve acompanhar o desenvolvimento do Município, salvaguardando sempre a coabitação entre a população e atividades empresariais sem nunca esquecer a preservação dos habitats naturais e património.

4.2 IMPLEMENTAÇÃO DE UM PDM SIMPLIFICADO

Em articulação com a proposta da criação de um mapa interativo, deve ser trabalhada a informação que se sobrepõe na planta de ordenamento da cidade de forma a que possa ser extraída uma só planta e um pequeno conjunto de indicações para fácil consulta de qualquer cidadão.



5. MOBILIDADE E TRANSPORTES

Mais partilha, menos impacto ambiental!

Cabe ao estado assegurar uma adequada infraestrutura de vias de comunicação e transporte na cidade, assim como cabe o financiamento do serviço público executado pela empresa de transportes que se apresentar em cada momento comercialmente mais rentável. É necessário rever a cobertura do transportes coletivos em Paços de Ferreira, eliminar barreiras ao aparecimento de novos operadores no término dos contratos com os atuais ou mediante negociação no período em que decorre o atual acordo e desenvolver um estudo de viabilidade entre execução por operador privado ou por serviço estatal para cobertura local e/ou entre Concelhos.

5.1 CRIAÇÃO DE UM TERMINAL RODOVIÁRIO

É necessário colmatar a falta de equipamento e infraestrutura de apoio ao funcionamento da rede de transportes públicos, construindo um terminal que albergue espaço para estacionamento dos automóveis dos utilizadores, para exploração para efeitos de cafetaria e para paragem dos transportes. O projeto deve contemplar ainda a hipótese da ligação intermodal ao terminal ferroviário, caso o projeto da linha avance. É também uma forma de atrair concorrência e de garantir melhor qualidade e preço de serviço neste mercado.

Não se poderia limitar a um Terminal Rodoviário na cidade de Paços de Ferreira, é também importante um, de menor dimensão, em Freamunde.

[\(VER ANEXO 7\)](#)

5.2 CRIAÇÃO DE REDE DE POSTOS DE CARREGAMENTO ELÉTRICO

É prudente planear já a colocação de postos de carregamento elétrico na cidade de Paços de Ferreira. Tratando-se de uma inevitabilidade, deve ser aproveitado o tempo para procurar o melhor contrato que possibilite a construção dos postos, nos melhores locais a definir em estudo.

A Câmara Municipal não pode ficar à espera da colocação dos mesmos, pelo que propomos uma negociação com as empresas para a colocação dos postos. Mais cedo os utilizadores poderão assim usufruir do serviço.

[\(VER ANEXO 8\)](#)

5.3 ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS PARA PESSOAS DE MOBILIDADE REDUZIDA

Com pequenos detalhes, podem ser realizadas grandes diferenças. Em determinados pontos do Concelho é necessário efetuar o rebaixamento de passeios, nomeadamente em zonas de passadeira. É ainda necessário atribuir maior foco a esta preocupação nas obras a efetuar futuramente. A mobilidade deve ser facilitada e para a maior faixa etária onde o problema é mais comum, até mesmo incentivado.

5.4 REDE DE TRANSPORTES URBANOS

A mobilidade das populações é de extrema importância e foi um dos propulsores para uma economia mais global e mais desenvolvida.

Localmente, a mobilidade tem esse mesmo poder, o de unir a população. No entanto, em Paços de Ferreira existe um problema estrutural na mobilidade inter e intra municipal exceptuando alguns horários e rotas.

Assim, propomos que a Câmara Municipal tome as medidas necessárias de forma a complementar a oferta de transportes públicos, seja com os meios próprios ou com recurso a uma PPP (Parceria Público Privada), tendo como princípio o menor custo para o contribuinte.

Relembramos ainda que a Câmara Municipal fez um contrato para um estudo sobre a mobilidade urbana e transportes públicos (em setembro de 2020), pelo que esse documento, a ser divulgado publicamente, poderá ser a base para este plano de transportes urbanos proposto.



6. QUALIDADE DE VIDA, ESPAÇO URBANO, E AMBIENTE

A defesa do planeta é um dever de todos!

Também neste capítulo deve existir uma procura pela máxima eficiência, sobretudo no que aos serviços urbanos diz respeito. Não deve existir um estigma para a contratação de serviço privado ou de serviço público, deve sim ser procurada a melhor oferta possível para benefício dos consumidores, que naturalmente sustentam o serviço. No que ao espaço urbano diz respeito, é necessário direcionar o investimento para a funcionalidade, aliada à estética, mas sempre como primeira prioridade. O atual executivo no nosso entender define mal as estratégias e prioridades, executando grandes investimentos centralizados e concentrados sobretudo no centro de Paços de Ferreira procurando criar uma espécie de corredor verde e um ambiente agradável e moderno que no fundo não passa de " fogo de vista " que abafa por completo problemas que ficam por resolver como o do depósito de resíduos em zona de mata em praticamente todas as freguesias do Concelho ou como o da não manutenção de trilhos com potencial para caminhadas, expandindo locais para corrida e caminhada sempre nos parques urbanos e limitando assim opção aos Municípios, para os menos atentos. Não desprezando a estética, a continuidade na malha urbana, o aproveitamento dos parques urbanos, entre outros, entendemos que é necessária primeiramente a resolução de problemas, a apurar e possivelmente delegar com freguesias (garantindo cobertura do financiamento), para que depois exista um caminho livre para investimento no desenvolvimento e modernização do Município, no qual deverá ser realizado um plano de projeto geral, ao invés de se realizarem pequenos projetos ao longo do tempo que originam dificuldade na articulação da malha e que a médio/longo prazo incrementam consideravelmente o investimento. Associado a este " fogo de vista " está também ligado o custo de obra inicial que é divulgado sem qualquer referência a um custo previsto para manutenção, isto é, a prazo, e que dificulta a perceção dos cidadãos em relação à viabilidade dos investimentos que são realizados. Devem ser realizados estudos com estimativas devidamente fundamentadas e posteriormente todos estes estudos devem estar disponíveis para consulta de qualquer Município que o pretenda. A oferta no espaço verde deve ainda ser alargado a novas opções, isto é, novas infraestruturas e equipamento urbano. É de extrema importância ainda, a preservação do meio ambiente, a sustentabilidade ambiental e o contributo para a adoção de estratégias mais verdes em Paços de Ferreira, e aqui é também necessário muito trabalho, sobretudo trabalho de sensibilização e incentivo para que seja realizado pelos próprios Municípios. Embora tenha que existir um grande acompanhamento e esforço da CM numa fase inicial, é uma estratégia que irá sempre compensar a partir do momento em que é adquirida alguma independência no cumprimento desses objetivos, pelos cidadãos.

6.1 ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS/ISENÇÕES PARA EXTERNALIDADES POSITIVAS

A aposta em energias renováveis, eficiência energética, estética apelativa, entre outras, deve ser premiada e desta forma incentivada. Deverá ser criado um programa no qual serão indicados os processos para obtenção dos benefícios/isenções, de taxas de licenciamento, e respetivos valores mediante externalidades. Na construção de edifícios novos deverá haver um acompanhamento forte sobre o processo da obra e documentação que comprove sem qualquer irregularidade o cumprimento do programa.

6.2 REVISÃO DA RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E ORGÂNICOS

Deverá ser realizado um novo estudo de mercado para apuramento da melhor oferta que satisfaça a necessidade de recolha de resíduos domésticos com a maior eficiência (traduzida pela frequência de recolha) e menor custo. Estes estudos devem ser efetuados ocasionalmente visto que a oferta do mercado varia com o tempo e escapam oportunidades para um bom contrato. Caso não seja esperada a viabilidade, o serviço deve continuar em funcionamento ao encargo da CM.

Em complemento a Câmara Municipal tem de começar a preparar a recolha de resíduos orgânicos, por lei a recolha tem de ser implementada até 2023. É preciso começar a preparar a população e iniciar a recolha dos mesmos o mais rápido possível, pois esta recolha diferenciada terá impacto positivo nas taxas de RSU pagas pelos munícipes.

6.3 CONSTRUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO ONDE ESTA É INEXISTENTE

A rede de saneamento é algo primário para uma sociedade desenvolvida que se preocupa com a saúde pública. Ainda que a percentagem de cobertura seja muito boa (95%) deveria ser tomadas medidas para que a cobertura se aproximasse dos 100% e realmente dar um exemplo na nossa região.

Na questão do abastecimento de água, Paços de Ferreira conta com uma cobertura de 94%. Este valor deveria também tentar ser o mais aproximado de 100%.

6.4 PROMOÇÃO DE CAMPANHAS DE SENSIBILIZAÇÃO

O departamento de comunicação da CM deve-se reinventar e procurar promover a sensibilização da população para causas que merecem verdadeiramente a atenção do Concelho, como por exemplo para necessidade de reduzir a produção de resíduos, que em Paços de Ferreira gera um número demasiado elevado por habitante em comparação com Concelhos vizinhos. As redes sociais têm atualmente um enorme alcance e podem ser utilizadas pelas boas causas ao invés de pelas inaugurações muitas vezes inúteis para os cidadãos do Município.

6.5 COLOCAÇÃO DE ECOPONTOS

Colocação de ecopontos onde estes fazem efetivamente falta. Deverá ser realizado um pequeno estudo para apuramento dos locais onde serão colocados mais ecopontos e na aplicação O Seu Município, os cidadãos poderão proceder ao pedido para a colocação numa zona, e este será devidamente avaliado pelos funcionários da CM. Não adianta de nada sensibilizar a população quando não são fornecidas as ferramentas e facilidades que geram o incentivo para a boa prática.

Em complemento e com o objetivo de sensibilizar a população para a reciclagem nos locais de lazer do concelho deveriam ser colocados pequenos caixotes para reciclagem.

6.6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO

Promoção da educação e boa prática ambiental em estabelecimentos de ensino com programa que consiste na recolha de embalagens de papel, plástico e metal em todas as escolas, acompanhada de uma pesagem do material a reciclar. Será no final de cada ano letivo calculado um peso de material por estudante, e serão atribuídos prémios às escolas que mais contribuíram para a causa. (Programa semelhante ao Programa Ecovalor)

6.7 CONTROLO SOBRE POLUIÇÃO DO RIO FERREIRA E AFLUENTES

A situação do Rio Ferreira e afluentes deve ser monitorizada, e devem-se apurar responsabilidades pela poluição do mesmo. Podem ser efetuadas diversas recolhas de água para testagem em laboratório, ou colocados sensores, em pontos fixos estabelecidos num percurso de montante para jusante e facilmente se compreende em que ponto são colocados resíduos. Desta forma, ou se apuram responsáveis, ou a situação é acautelada pela desistência da má prática dos mesmos.

6.8 ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE RECOLHAS DO ECOCENTRO E CRIAÇÃO DE UMA RECOLHA AO DOMICÍLIO

Para que seja possível evitar a acumulação de resíduos industriais nas nossas matas e as queimadas dos mesmos é importante alargarmos e facilitarmos a recolha/entrega por parte das nossas empresas.

Desta forma pretendemos aumentar o horário de recolha do Ecocentro e criar uma rota na qual os empresários possam requisitar a recolha nas suas instalações, para que seja mais cómodo e fácil e não envolva um grande esforço. (A recolha na empresa provavelmente faria a empresa não receber o dinheiro correspondente aos resíduos).

6.9 RECOLHA DE DADOS AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Instalação de rede de sensores climáticos e ambientais para recolha de informações. A informação pode ser disponibilizada a todos e deverá ser guardada para que possam ser realizados estudos com as longas séries de dados para longo prazo. Para além de garantir maior precisão nos dados, utilizados para informação à qual todos acedemos frequentemente, como a previsão do tempo, é elemento fundamental para estudos que possam ser necessários para futuro, quer para monitorização, quer para previsões e consecutivamente para uma mais forte garantia de segurança e proteção da população local.

6.10 RECOLHA DE DEPÓSITOS DE RESÍDUOS

Recolha dos depósitos de resíduos no ambiente público, nomeadamente em zonas de serra. Passam anos e o lixo mantém-se, a CM não demonstra qualquer preocupação. Representa um perigo para a saúde pública e um catalisador para fogos florestais. Após a recolha deve ser elaborado um plano de fiscalização, sendo que as situações poderão ainda ser reportadas na aplicação "O Seu Município". São ainda no presente programa trabalhadas propostas que procuram desencorajar esta má prática.

6.11 CONSTRUÇÃO DE SKATEPARK

Inicialmente no parque urbano de Paços, e se bem sucedido, mais tarde alargado a outros parques. A IL Paços de Ferreira não pretende monopolizar todos os recursos para o Parque Urbano, porém é de facto onde se verifica a prática do Skate. O plano passaria portanto por alargar mais tarde a proposta a pontos nas restantes freguesias, a estudar e definir.

6.12 CONSTRUÇÃO DE ANFITEATRO PÚBLICO

Também proposto para o parque urbano de Paços de Ferreira, pelo interesse de colocar na proximidade das grandes centralidades da cidade, e de todas as freguesias, é de investimento relativamente baixo, até pela disponibilidade de espaço e boa disposição do solo para o projeto e viria colmatar a falta de um local fixo ao ar livre, com lotação elevada, para a realização de eventos de cariz cultural, desportivo e educacional. Estaria aberto à ocupação de qualquer interessado, ainda que para eventos com marcação teria que existir conversação com a CM para a reserva, e na proximidade do anfiteatro deveria existir um pequeno armazém (a construir, em conformidade com a paisagem ou a ocupar entre os atuais edifícios existentes no parque) para que pudesse ser armazenado equipamento e para que pudesse existir ligação à rede elétrica.

6.13 CONSTRUÇÃO, REABILITAÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDE DE TRILHOS INDUSTRIAIS

Paços de Ferreira tem um vasto património edificado, natural e potencial para a criação de trilhos florestais, devidamente demarcados, que interliguem as várias freguesias do município e os seus pontos de interesse. Atualmente existem vários caminhos florestais já usados pela população para caminhadas e prática de BTT. No entanto, faltam a manutenção, limpeza e marcação dos mesmos. É proposto a identificação destes trilhos já usados, acompanhados com placas informativas dos percursos com respectivas distâncias, informações sobre o património edificado e biológico/zoológico que se encontra nos mesmos e que devem ser identificados em mapa interativo. Este trabalho deverá ser desenvolvido com as associações do nosso concelho com algum trabalho demonstrado.

6.14 COLOCAÇÃO DE CONTENTORES DE LIXO EM ZONAS FREQUENTADAS, ONDE SÃO INEXISTENTES

Colocação de caixas de lixo para recolha esporádica em zonas frequentadas por gente do município nas quais não existem (zonas de mata, zonas habitualmente ocupadas por jovens em horário noturno, entre outros). Existem várias destas zonas em Paços de Ferreira que infelizmente acabam por ser transformadas em lixeiras a céu aberto, os contentores nestes locais poderiam ser um incentivo para acabar com estas práticas.

[\(VER ANEXO 9\)](#)

6.15 AGILIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO CANIL MUNICIPAL

A existência de um Canil Municipal é obrigatória por lei e está a ser relegada para segundo plano há vários anos.

A construção do Canil Municipal está em curso mas parece não ter fim sendo necessário um acompanhamento dessa mesma obra e um efetivo esforço para a agilização da mesma de forma a ser possível dar condições dignas aos animais com necessidade de albergue no nosso município.

6.16 PRAIA FLUVIAL NO PARQUE URBANO DE PAÇOS DE FERREIRA

De forma a valorizar ainda mais o Parque Urbano, propomos a construção de uma praia fluvial no Rio Ferreira. Esta construção seria de fácil concretização, visto que poderia ser realizada de igual forma à de várias terras do interior : é feita uma represa e muros de contenção de terras de forma a criar uma "piscina" no rio. Pode e deve ser ainda colocado um geossintético no solo, numa camada abaixo do nível de uma camada de areia, de forma a evitar infiltrações e consecutivamente perda de água. Para que haja passagem de caudal, pode ser pensado um sistema de eclusas automático, no qual mediante o nível de água medido por flutuador ou sensor, abre e fecha. É importante garantir a passagem natural da água com uma velocidade que permita a limpeza natural da mesma, caso contrário irão ser acumulados resíduos potencialmente perigosos para a saúde pública dos banhistas.

6.17 PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA / DESPORTO SÉNIOR

A atividade física nas faixas etárias mais velhas deve ser estimulada e incentivada como forma de aumentar o bem-estar físico e mental dos idosos. Assim sendo, a Câmara Municipal em conjunto com os centros de dia do município deve fazer programas de desporto sénior utilizando as infraestruturas camarárias. Um exemplo disso seria a realização de aulas de Hidroginástica nas piscinas municipais.

6.18 CHEQUE-GINÁSIO PARA CIDADÃOS AFETADOS POR PROBLEMAS DE SAÚDE

Propomos criar um protocolo com os ginásios do Concelho, no qual é definido um valor máximo para financiamento das atividades dos mesmos e no qual é criado um cheque a atribuir a pessoas com necessidade da prática derivada de problemas de saúde, devidamente comprovados com a entrega de um atestado médico no momento da inscrição, e posteriormente de forma anual para renovação da inscrição. Os utilizadores deverão ter o poder de escolha sobre a atividade que pretendem efetuar (claro que devem atender ao que é aconselhado para o problema que possuem, por especialistas da área).

6.19 ÁGUAS DE PAÇOS DE FERREIRA

Em 2004, o executivo do Partido Social Democrata, com o apoio do Partido Socialista, atribuiu à AGS a concessão de Água e Saneamento. Infelizmente este contrato mostrou-se lesivo para a população e não é possível tomar decisões unilaterais sem grandes custos financeiros para a Câmara Municipal. Assim propomos que a Câmara Municipal assuma uma posição negocial com a Águas de Paços de Ferreira com o objetivo de melhorar as condições contratuais para os Pacenses.

Um dos principais focos de maior contestação da população e das empresas são os valores cobrados pelo saneamento quando não existe consumo de água, que para além das questões financeiras tem obrigado a população a um desperdício de água por forma a evitar essas mesmas tarifas. Assim propomos uma negociação com enfoque numa possível alteração desta tarifa de cobrança do Saneamento, de forma a ser mais justa do que é atualmente.

6.20 SUPERVISÃO DO FUNCIONAMENTO DA ETAR DE ARREIGADA

O enorme problema ambiental associado à ETAR de Arreigada já se arrasta há mais de 20 anos. Durante estas 2 décadas, sucessivos ataques ao rio Ferreira, à sua fauna e flora, aos lordelenses e a todos os que naquela zona habitam foram cometidos sem que nenhum executivo conseguisse resolver o problema.

Após todo este tempo, e com a ajuda da pressão pública feita pela Iniciativa Liberal - Paços de Ferreira, foi anunciado que a ETAR iria entrar em funcionamento no mês de Agosto do presente ano de 2021. Neste sentido, e tendo consciência do grave impacto ambiental que este problema criou, seremos uma força vigilante do efetivo cumprimento do tratamento das águas residuais e de tudo faremos para que em caso de incumprimento as responsabilidades sejam verdadeiramente imputadas aos responsáveis.

6.21 PREPARAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO DE NOVA AMPLIAÇÃO DA ETAR DE ARREIGADA

Consta no projeto de ampliação da ETAR de Arreigada que seja expectável que a sua capacidade máxima seja atingida num espaço temporal de 20 anos.

É do nosso entender que obras estruturais como a construção de uma ETAR devem ser projetadas com horizontes temporais mais alargados (50 anos).

Para além do horizonte temporal curto, as obras de ampliação da ETAR de Arreigada ficaram-se pelos 5 Milhões de euros quando existe um relatório da Agência Portuguesa do Ambiente que diz expressamente ser expectável um gasto a rondar os 10 Milhões de euros.

Estes dois aspectos fazem-nos crer que caso não seja atempadamente preparada uma projeção de uma nova ampliação da ETAR de Arreigada correremos um sério risco de voltar a repetir os erros do passado.

Desta forma, propomos o começo atempado da elaboração de um projeto de ampliação da ETAR de Arreigada.



7. SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL

Segurança por e para todos!

O responsável pela protecção civil municipal é o presidente da Câmara Municipal de cada Município e este tem como responsabilidade prevenir riscos de catástrofes e preparar planos para mitigar os mesmos, bem como preparar a resposta às mesmas. Este papel não se limita à Câmara Municipal nem aos agentes de autoridade e bombeiros, alarga-se também a cada um de nós que no dia a dia temos de limitar os riscos associados e ser sensibilizados para tal.

7.1 ADOÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOVIGILÂNCIA PARA PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS (CICLOPE)

O CICLOPE é um sistema de videovigilância desenvolvido por uma equipa de investigadores do INOV. Permite monitorizar remotamente grandes áreas a um baixo custo, e para além da deteção de incêndios, colocando em locais a preservar, como é o caso da Citânia de Sanfins, permite a prevenção da vandalização.

7.2 VALORIZAÇÃO DA POLÍCIA MUNICIPAL

A polícia municipal tem como uma das principais funções a fiscalização, não só de infrações de trânsito e outras, como também é um elemento dissuasor de alguns crimes. Esta fiscalização só é possível com meios técnicos e humanos, como também uma constante formação dos policiais. Acreditamos que a polícia municipal pode ter um papel importante na vigilância do concelho de forma a dissuadir de crimes contra o património e ambiente.

7.3 FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

Envolver as entidades de protecção civil (GNR, Bombeiros, Polícia Municipal) para sensibilizar e formar a população para várias problemáticas relacionadas com a segurança e protecção civil. Estas formações devem ser dirigidas e adaptadas para todas as faixas da população desde a infância até a terceira idade.



8. PATRIMÓNIO COMUM, TURISMO E CULTURA

Tornar Paços de Ferreira mais convidativo!

O Património Municipal não pode ser desprezado nem deve permanecer inativo ao longo do tempo. Para além de custos de manutenção desnecessários geram uma oportunidade perdida de rentabilização. No entanto, para que possa ser efetuada esta rentabilização, é necessária primeiramente uma reorganização e um estudo acerca do mesmo.

Apesar de Paços de Ferreira não ser um destino turístico de eleição, é importante cativar a atenção de não residentes adotando infraestruturas que os possam receber e divulgando de uma forma mais eficaz os pontos de interesse da cidade.

O financiamento da cultura deve ser revisto, visto que é efetuado de uma forma no nosso entender demasiado desproporcional e injustificada. Devem ser adotados métodos de financiamento que privilegiam o trabalho desenvolvido por associações, instituições e cidadãos.

8.1 REVISÃO E REFORMULAÇÃO DO INVENTÁRIO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL

A tabela de Património Municipal deve ser revista, organizada por tipologia e por relevância. Existem coisas completamente irrelevantes no inventário atual e torna-se difícil utilizá-lo como instrumento para estudos. Aliado à proposta para rentabilização de património (medida x no capítulo da competitividade económica)

8.2 PROMOÇÃO DA CULTURA NA EDUCAÇÃO

Possibilitar maiores oportunidades no ensino para visitas de estudo de acesso a acervos culturais, de arte e arquivos. Não sendo tão alcançável no programa de estudos, é importante criar uma forma de proximidade à cultura para os alunos cujas ideias e objetivos estão ainda em desenvolvimento, para que possam expandir ou despertar possíveis interesses.

8.3 FACILITAÇÃO DO USO DE PATRIMÓNIO PÚBLICO PARA PEÇAS CULTURAIS

Promover e divulgar apresentações de peças culturais em edifícios do Município (Anfiteatro do Parque urbano e Edifícios do parque urbano) para as quais qualquer Município ou instituição possa realizar inscrição para apresentação. A inscrição não deve necessitar de qualquer procedimento burocrático, apenas dos registos mínimos do inscrito.

8.4 MARCAÇÃO E PROMOÇÃO DA ROTA DO ROMÂNICO

Revisão da marcação da rota, acrescentando informação útil nos locais de maior interesse (sugerir aos restantes municípios envolvidos de forma a criar articulação). A criação de eventos como o "Dia da Rota do Românico" seriam uma forma de impulsionar e atrair o interesse da população com atividades dedicadas à Rota em parceria com segmentos da sociedade civil, como a comunidade estudantil, por exemplo.

8.5 CHEQUE CULTURA

A Cultura é um setor que tem muitas vezes que ser apoiado/subsidiado pelo estado pela sua falta de capacidade de subsistência.

A criação de um Cheque Cultura municipal leva a uma subsidiação dos consumidores e não diretamente das associações culturais.

Desta forma, fomentamos a competição entre associações culturais para atrair o maior número de pessoas e captar a subsidiação dada aos munícipes.

Para que esta medida seja possível, deverá ser criada uma bilheteira online no site da Câmara Municipal, interligada com o portal do munícipe, em que cada associação poderia anunciar os seus eventos adicionando informação relevante sobre os mesmos e o seu preço.

Cada pessoa teria a oportunidade de adquirir os bilhetes de forma online, pagando parte do bilhete através de um método de pagamento e a outra parte através de tokens anualmente fornecidos pela Câmara Municipal.

Estes tokens iriam ser anualmente entregues a cada um dos munícipes num montante anual pré-estabelecido.

No final de cada ano, a Câmara Municipal faria o pagamento às associações com base no número de tokens que cada uma possuísse.

8.6 CONSTRUÇÃO DE PARQUE DE AUTOCARAVANAS

O autocaravanismo é cada vez mais frequente atualmente, e ainda que Paços de Ferreira não seja um grande ponto de atração turística, é importante garantir que viajantes possam por cá parar, realizar manutenção e pernoitar. Possibilita a visita ao Concelho e não obriga a um grande investimento. Este parque teria de ter eletricidade, descarga de águas residuais e sanitárias e abastecimento de água.

8.7 REABILITAÇÃO DA CITÂNIA DE SANFINS PROTEGENDO-A DO VANDALISMO E DO ABANDONO

Os acessos devem ser alvo de reabilitação numa primeira fase. De seguida, a própria Citânia deve ser limpa, deve ser revista para potenciais reabilitações, e deve ser garantida uma manutenção mais frequente. Devem ainda ser colocadas placas com informação histórica relativa.

8.8 VALORIZAÇÃO DE TODO O PATRIMÓNIO HISTÓRICO

Muito do património histórico de Paços de Ferreira está votado ao esquecimento. O caso mais exemplificativo é o do Dólmen de Lamoso que como acesso tem uma estrada esburacada, não tem placas indicativas nem tem uma explicação do que é. Como este caso existem muitos, e assim, propomos a sinalização para o património histórico, o rearranjo de acessos e espaços envolventes e placas informativas sobre o mesmo.



9. SAÚDE

Não deixar ninguém para trás!

A saúde é um dos “bens” mais preciosos de cada um de nós, constitui uma necessidade básica. Atualmente a população está toda coberta pelo SNS, que infelizmente se tem mostrado insuficiente com as constantes e longas listas de espera verificadas nas consultas e cirurgias. A pandemia veio a fragilizar ainda mais o SNS e levou à não realização de milhões de consultas e cirurgias. A Iniciativa Liberal tem apresentado a ideia de uma reforma nacional com o objetivo de resolver o problema atualmente existente no acesso à saúde, mas até que esta reforma nacional seja realizada o concelho de Paços de Ferreira pode dar um primeiro passo muito importante, à semelhança do que fez o Município de Figueira de Castelo Rodrigo, possibilitando um acesso verdadeiramente universal à saúde com poder de escolha sobre o prestador, este é o caminho mais correto, o mesmo caminho seguido pela maioria dos Países Europeus, e está nas mãos dos municípios dar o exemplo e mostrar ao governo central que é possível mudar, e mais importante, garantir que nenhum munícipe fica para trás.

9.1 CRIAÇÃO DO SEGURO DE SAÚDE MUNICIPAL

Propomos a contratualização de um Seguro de Saúde voluntário acessível a todos os Pacenses, participado totalmente pelo Município para pessoas com rendimentos iguais ou inferiores ao Salário Mínimo Nacional.

Os Pacenses com rendimentos acima do Salário Mínimo Nacional, que queiram aderir ao Seguro, contribuirão com 3,5% da diferença entre o seu rendimento e o Salário Mínimo Nacional.

No âmbito deste seguro, serão prestados os cuidados constantes de um caderno de encargos definido pelo Município e que incluem, pelo menos, a prestação de cuidados de saúde em ambulatório (consultas médicas), acesso a meios complementares de diagnóstico e terapêutica, estomatologia e medicina dentária.

Poderão ser beneficiários do Seguro de Saúde todos os residentes do concelho de Paços, independentemente da idade ou condição clínica, excluindo os residentes beneficiários do subsistema da ADSE.

[\(VER ANEXO 10\)](#)

9.2 POSSIBILIDADE NO PORTAL DE MONITORIZAÇÃO DE SINALIZAÇÃO PARA CASOS CRÍTICOS DE SAÚDE OU ABANDONO COM ENCAMINHAMENTO PARA SS OU IPSS

Dar a possibilidade de reportar aos serviços sociais da Câmara Municipal situações de abandono de idosos, de maus tratos ou de casos de doença grave que necessite de uma atenção especial dos serviços sociais da Câmara Municipal. Desta forma, os serviços da Câmara Municipal poderiam estudar esses mesmos casos dando um apoio de retaguarda e monitorização da sua situação a essas pessoas se assim for necessário.

9.3 DESENVOLVER PROGRAMAS E INFORMAÇÃO ORIENTADOS PARA PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL

O problema da Saúde Mental é algo que impacta a nossa sociedade de forma avassaladora e que muitas vezes é encoberto e deixado para segundo plano. A pandemia veio amplificar este problema, principalmente na população mais idosa.

Propomos desenvolver programas para promover a discussão e a transmissão de conhecimento sobre o tema, junto das escolas e idosos. Em complemento é necessária uma atitude proativa entre as IPSS e a Câmara Municipal para levar ajuda médica a quem necessita.



10. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Pela formação de qualidade sem barreiras!

A educação não pode consistir apenas num procedimento académico, tem que capacitar indivíduos para a vida independente, autónoma, livre e responsável, desenvolvendo conhecimento, intelecto e carácter. Para tal é necessário que o sistema seja moldável e se adapte às motivações e escolhas de cada um. Escolhas essas que devem gerar primeiramente oportunidade de aproximação para que se solidifiquem. O plano de estudos não deve permanecer imutável e deve a cada momento dar resposta aos novos desafios da vida em sociedade. O leque de escolhas deve ser o mais largo possível e as barreiras devem estar limitadas às consideravelmente inviáveis para o bem geral ou às necessidades básicas com obrigatoriedade de escolha. Os alunos devem possuir para além de escolhas dentro do plano de estudos ao longo do percurso escolar, escolhas entre instituições, públicas ou privadas. Os impostos servem também para pagar a Educação e portanto a escolha deve pertencer ao indivíduo ou responsável pelo mesmo e o financiamento não deve ser entrave, sendo criadas oportunidades para acesso a instituições privadas a famílias com maior dificuldade económica. A nível local é ainda assim muito limitado o poder neste capítulo, visto que deriva sobretudo do regulamento Nacional. Propomos assim, um conjunto de ideias interligadas com aquilo que defendemos, e que cremos verdadeiramente contribuir para um mais forte e mais alargado desenvolvimento dos nossos estudantes, sobretudo com base numa criação de novas e melhores oportunidades. No Ensino Profissional é necessário em Paços de Ferreira garantir uma melhor formação, mais direcionada para as necessidades do mercado de trabalho, com mais fortes articulações com a Indústria local.

10.1 ASSEMBLEIA JOVEM

Criar programa da assembleia jovem para integrar os jovens na discussão política do nosso concelho. Pode ser inspirado nos moldes dos programas do parlamento Europeu ou da Assembleia da República. Seriam nomeados anualmente representantes nas escolas do Concelho, dos diferentes graus de escolaridade, que deveriam estar disponíveis para ouvir a ideias e propostas dos restantes colegas para discussão em reuniões semanais/quinzenais. Apurados em assembleia jovem os principais pontos a levar para debate, estes passariam para Assembleia Municipal, que reunia no mínimo duas vezes por ano com a jovem.

10.2 CRIAÇÃO DE PROGRAMA MUNICIPAL DE CIDADANIA

De presença opcional, no ensino secundário. Podem ser abordados assuntos para debate, podem ser dadas palestras com informação útil (literacia financeira, contextos históricos, direitos humanos, ...) distribuídas por docentes do concelho com competência e experiência para tal. Tem ainda assim que existir uma monitorização para que seja assegurada a imparcialidade e o cumprimento do regulamento a especificar no programa. O programa deverá ser público e terá uma agenda bem definida. No ramo do mercado de trabalho podem ser contactadas empresas. O mesmo programa pode ser reformulado para aplicação a faixas etárias superiores, ou, se a lotação o permitir, pode ser aberto a inscrições de toda a restante comunidade, ainda que privilegiando inicialmente os alunos de Secundário.

10.3 PROGRAMA COMPLEMENTAR PARA RECUPERAÇÃO ESCOLAR

Criação de programa complementar para recuperação escolar de alunos, com envolvimento de alunos de mérito. Alunos de mérito podem ser recrutados para prestar auxílio, em instalações do ensino escolar. Podem e devem ser atribuídos prémios a estes voluntários. É importante criar o espírito de entreajuda entre os estudantes, envolver a comunidade estudantil na resolução de problemas sociais e criar uma forma alternativa de aprendizagem para alunos com maiores dificuldades.

10.5 DINAMIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ENSINO FORA DO HORÁRIO ESCOLAR

O património Municipal escolar deve ser aproveitado para além daquilo que é o ensino do plano de estudos Nacional. Deve poder ser requisitado por qualquer cidadão ou instituição por um custo mínimo que cubra a despesa de afetação (Luz, Água, Lixo, Limpeza), incluindo naturalmente pequeno contrato de caução para salvaguardar possíveis danos do equipamento público, num procedimento fácil e simples. Deve ainda ser utilizado pelos próprios serviços e programas Municipais sem qualquer entrave.

10.4 PROGRAMA DE APOIO A ALUNOS COM DIFICULDADES SOCIOECONÓMICAS E/OU FAMILIARES

Criação de programa de apoio para alunos que revelem dificuldades que prejudiquem o seu percurso, de origem externa social, económica ou familiar. Os casos devem ser avaliados por reporte dos docentes de ensino, colegas ou por alertas reportados na aplicação O Seu Município, de forma individual e por pessoal devidamente competente. Cada caso é um caso, e é de extrema e igual importância, não podemos generalizar todas as situações procurando solução comum para todos os problemas. É importante sensibilizar ou apoiar famílias quando o problema se revela no seio familiar.

10.6 CRIAÇÃO DE CONCURSO DE DESIGN DE MOBILIÁRIO

Criação de concurso em articulação com a Escola Vértice, associação empresarial e marca capital do móvel, limitado à inscrição exclusiva para estudantes. Possibilidade de financiamento do concurso pelas empresas, sendo que estas podem usar o design para produção, e contactar estudantes para estágios profissionais (remunerados ou não remunerados).

10.7 DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES EXTRACURRICULARES NAS ESCOLAS

As atividades extracurriculares são uma componente de extrema importância para complementar o ensino curricular, através destas atividades é possível despertar paixões nos alunos como ajudar a desenvolver competências importantes para o futuro. Como atividades extracurriculares podemos dar o exemplo o Xadrez, Música, Artes Performativas, Programação, Desporto Escolar, etc. Estas atividades deveriam ser oferecidas aos alunos desde o primeiro ciclo até ao secundário.

10.8 AUMENTO DA OFERTA DE CURSOS PROFISSIONAIS NA ESCOLA PROFISSIONAL VÉRTICE

Ao analisar a oferta de ensino profissional da Escola Vértice entendemos que não é a adequada à realidade de Paços de Ferreira, assim, entendemos que a Câmara Municipal deve ouvir as empresas da região de forma a identificar as carências quanto a mão de obra qualificada e ajustar a oferta. Entendemos também que poderá ser positiva a criação de protocolos com instituições de concelhos vizinhos, para aumentar a oferta educativa e criar programas de intercâmbio de conhecimento e de alunos.

10.9 APOIO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Deve ser criado um fundo de apoio que permita aos jovens estudantes carenciados frequentar o ensino superior sem qualquer entrave de cariz económico e/ou social. O auxílio a estudantes que se enquadrem nesta situação deve ser prestado sob a forma de atribuição de vouchers, com regulamento a desenvolver em programa dedicado à proposta, para gastos em equipamento necessário para a frequência e conclusão do curso superior e para deslocações associadas. Para tal o aluno deverá apresentar faturação presencialmente na CM ou digitalmente no portal "o seu Município", sendo definido em regulamento o teto máximo para financiamento de cada estudante, teto esse que deverá ser superior no primeiro ano do ciclo de estudos para a eventual necessidade de adquirir equipamento informático de apoio. O ensino é e será sempre o mais importante elevador social e não devem nunca existir barreiras no acesso ao mesmo.



11. DESPORTO

Para um concelho em movimento!

O desporto está intimamente ligado a cada um de nós. Inicia numa simples caminhada,

passando pela prática informal de diversos desportos até às associações desportivas,

nas quais a sociedade se organiza em torno de um objetivo comum. Infelizmente

consideramos que as respostas do município são insuficientes e/ou desadequadas.

O desporto individual está esquecido, sendo que nos últimos anos vários circuitos de manutenção desapareceram, não sendo substituídos por boas alternativas e os únicos trilhos existentes constituem apenas eventos organizados pela Câmara Municipal, não sendo alvo de manutenção e limpeza e desaparecendo ao longo do tempo.

Em relação às associações desportivas é preciso dar às mesmas a autonomia que merecem de forma a atingirem os seus objetivos (proposto no ponto 3.24), estando o Município disponível para as ajudar quer logisticamente, quer promovendo incentivando as mesmas a unir esforços em atividades comuns.

11.1 REFORÇO DO PROGRAMA DE ATIVIDADES DESPORTIVAS MUNICIPAIS

Realização de maratonas, torneios de desportos individuais e coletivos incluindo downhill, entre outros (os Municípes devem ser ouvidos e devem ser aceites pedidos dos mesmos). Articulação com torneios de outros concelhos para apuramento para torneio intra concelhias. A rede de trilhos proposta pode e deve ser dinamizada para a realização de caminhadas, corridas e jogos (como caça ao tesouro).

11.2 REVISÃO DOS CIRCUITOS (MANUTENÇÃO, TRIAL E BTT)

Estão divulgados no site da CM, no entanto alguns não existem atualmente. Devem ser reabilitados ou retirada a informação. Com a colocação de circuitos de musculação nos parques, deixa de existir tanto a necessidade de colocar nas antigas localizações, ainda que possa eventualmente ser colocado um em zona de trilhos para que haja uma oferta diferente para os Municípes. Com maior relevância, é portanto necessário criar circuitos para motociclismo/ciclismo de montanha. Esta criação deve ser realizada a par com as associações que na área têm maior conhecimento e interesse.

11.3 ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS DESPORTIVOS TAL COMO TRIAL E DOWNHILL COM TRADIÇÃO NO CONCELHO

Este tipo de provas desportivas têm uma enorme tradição em Paços de Ferreira e são organizadas por associações do nosso concelho. A Câmara Municipal deve incentivar e ajudar a realização das mesmas (em questões técnicas, de logística e burocráticas), nunca substituindo as associações que fazem atualmente um bom trabalho.



12. HABITAÇÃO

Por habitação para todos sem complicações!

Em Portugal a oferta de habitação social ronda em média os 2%, no entanto a meta traçada pelo governo e orçamentada pretende atingir os 5%. Paços de Ferreira tem 224 fogos que acolhem cerca de 800 pessoas. O valor da oferta de habitação social em Paços de Ferreira é portanto inferior ao da média Nacional e está muito aquém dos 5%, fixando-se nos 1,4% apenas. Este conjunto de dados demonstra apenas aquele que tem sido o trabalho (falta de) do executivo ao longo dos últimos anos. A Iniciativa Liberal de Paços de Ferreira não tem a mesma pretensão do alcance dos 5% que constam inclusivamente no PRR e distancia-se aqui também da ideologia dos partidos do poder. Só fará sentido aumentar a quantidade de fogos de habitação Social em caso de igual aumento de necessidade, e é aqui que pretendemos atuar, queremos evitar a necessidade com propostas que sirvam de solução e não de último recurso. O ideal seria até diminuir a quantidade de fogos, fornecendo aos moradores a oportunidade de lutarem por habitação própria e independente, ainda que precavendo sempre situações de risco. É também importante possibilitar o arrendamento com valores acessíveis e que tenham em conta os rendimentos dos Municípios.

Em termos de custos para a obtenção de habitação, tem-se verificado um aumento ao longo dos últimos anos, sendo que no ano de 2020, na União Europeia atingiu um valor de 5,2%, com Portugal a contribuir com um valor acima do valor médio, de 7,1%. No mesmo ano, o salário mínimo sofreu uma subida de 4,72%. Ainda que este seja apenas um dado estatístico, através do qual não podem ser retiradas grandes conclusões, é exemplificativo daquela que é a realidade atual do incremento de dificuldade na obtenção de habitação, preocupante e carente de novas soluções que permitam contornar esta dificuldade, que se destaca sobretudo na faixa etária jovem.

12.1 MAPEAR PATRIMÓNIO MUNICIPAL COM POTENCIAL PARA HABITAÇÃO

Articulada com a revisão e reformulação da tabela de património, do capítulo Património Comum, Turismo e Cultura. Devem ser documentados à parte, com devidas características, edificações e terrenos públicos com potencial para habitação, nomeadamente habitação de arrendamento acessível. Funcionará como instrumento de estudo ou de consulta para outras propostas.

12.2 CRIAÇÃO DE PORTAL MUNICIPAL DA HABITAÇÃO

O portal deve possuir um separador informativo e interativo com acesso ao processo para adquirir habitação nas diferentes hipóteses de aquisição e acesso a documentação necessária para preenchimento com encaminhamento para cada entidade à qual é correspondente, um separador com acesso aos programas de habitação, nos quais é possível realizar inscrição, e um outro com indicadores relativos ao setor e listagem de Património Municipal dedicado à habitação. É importante dinamizar a construção de nova habitação promovendo trâmites e licenças celebradas de forma mais célere e com menores custos, de tal forma que o procedimento para aquisição a incluir no portal deve primeiramente ser revisto.

[\(VER ANEXO 11\)](#)

12.3 REFORMULAÇÃO DA ARU

Sendo do interesse do Município a reabilitação de edificação degradada e/ou abandonada, a área de reabilitação urbana, na qual são aplicados benefícios com isenção de IMI durante 5 anos e de IMT, deve ser revista de forma a ser estendida a pontos nos quais estes casos se verifiquem. É ainda importante rever a atual demarcação, muito abrangente e incluindo zonas nas quais o interesse público na reabilitação não é tão significativo, até pela própria valorização do local, que leva à atração natural de interessados (entre os quais investidores).

12.4 ISENÇÕES DE LICENCIAMENTO E IMT PARA ZONAS ESTRATÉGICAS

A CM deve definir locais de interesse para a construção de habitação (sobretudo zonas mais periféricas das centralidades, visto que estas são por norma rodeadas por edificação para prestação de serviços, comércio e restauração), e deve beneficiar quem as pretende ocupar, de forma a criar um ganho para todas as partes. Sendo a tendência atual a de uma maior dificuldade na obtenção de habitação, é importante criar alguma facilidade para os nossos Municípios ou outros que se queiram fixar na cidade. Primeira habitação deve ser privilegiada e desta forma as isenções não se aplicam à segunda habitação.

12.5 CRIAÇÃO DE PROGRAMA DE ARRENDAMENTO ACESSÍVEL

O programa de Arrendamento Acessível do IHRU visa garantir o arrendamento a preços compatíveis com os rendimentos das famílias, aplicando isenção de IRS/IRC para as rendas, mediante determinadas condições. É aberto um concurso ao qual qualquer pessoa individual ou coletiva se pode candidatar, e é celebrado um contrato no qual é aplicada para a renda uma taxa de esforço entre 15% e 35% do rendimento médio mensal do agregado habitacional. Pretendemos criar uma plataforma disponível no portal da habitação, adaptada deste, à qual acresce ainda para além de uma interação entre Proprietários e Arrendatários, uma terceira interação direta com a Câmara Municipal na qual esta promove edifícios pertencentes ao património da autarquia, e em parceria com promotores, concede terreno em troca da inclusão de habitação no programa, isto é, deve existir um regime de negociação aberto a todos os proprietários que pretendam a ocupação de um terreno ou a utilização de um edifício Municipal, para construção de habitação a incluir no programa. Propomos ainda incluída no programa a possibilidade de arrendamento de fogos que careçam de pequenas obras, disponibilizando-se o Município a adiantar até um ano de rendas

para as executar nesse mesmo prazo. Caso os incentivos não sejam suficientes, pode ainda ser pensada uma isenção de IMI, à semelhança do que se verifica no programa Porto com Sentido da CM do Porto.

A necessidade de recorrer à habitação social diminui num cenário de bom funcionamento. Vai de encontro a :

Tornar o mercado de arrendamento privado mais acessível, promovendo a neutralidade fiscal entre o arrendamento e a propriedade, garantindo um melhor equilíbrio entre as relações senhorio / arrendatário e utilizando medidas de estabilização de arrendamento adequadamente flexíveis, quando relevante. (in OCDE “ brick by brick ”).

12.6 PRESTAÇÃO DE AUXÍLIO A MORADORES DE HABITAÇÃO SOCIAL

O objetivo de uma habitação social não é o de prestar apoio a uma mesma família por um longo período de tempo, e muito menos o de criar uma espécie de hereditariedade de habitação social. É desta forma que por vezes se criam guetos, e é importante combater esta possibilidade fornecendo oportunidades para que as famílias consigam superar dificuldades e deixem de ter a necessidade de habitar neste tipo de habitação. É ainda importante libertar a habitação para que novas famílias com necessidades possam aceder e da mesma forma tenham oportunidade para a superação. Este auxílio pode e deve ser prestado por toda a comunidade e a partir da CM, que deve procurar formas de inclusão social e de integração na sociedade, naquilo que é o mercado de trabalho, a interação social, os acessos a serviços, entre outros. Para moradores desempregados em habitação social, propomos o financiamento dos cursos profissionais (não financiados) disponíveis na AEPF, e acompanhamento próximo na procura de trabalho no mercado de emprego. Caso o morador receba o subsídio de desemprego, deverá ser feito um acompanhamento por profissionais da câmara da documentação que é entregue no centro de emprego, obrigatória por lei. Caso não usufrua do subsídio, o morador deverá entregar de igual forma alguma documentação na câmara, não com o mesmo espírito de obrigatoriedade, mas sim com o intuito de ser acompanhado e aconselhado pelos profissionais. A ideia consiste em fornecer ferramentas e auxílio às pessoas, e não em retirar apoios. Este auxílio passa pelo nível da informação relativa aos processos, à averiguação de problemas e impossibilidades para a inserção no mercado de trabalho para o morador, e visa a médio prazo garantir condições para que este possa deixar a habitação social. O acompanhamento pode ainda assim ser realizado com outro municípios que não estes moradores, e que apresentem dificuldade na inserção social, inclusive casos reportados no Portal O Seu Município.

12.7 3 FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL EXCLUSIVOS PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Dedicar 3 fogos exclusivamente a vítimas de violência doméstica, com necessidade de apoio à habitação urgente, entre outros. É importante que a segurança de todos os Municípios seja salvaguardada por meios de apoio para

12.8 CRIAÇÃO DO MANUAL GABINETE CONSTRUÇÃO 2.0

Propomos a criação de um manual com definição de regras claras e transparentes para que os técnicos de gabinete afetos à aprovação de projetos urbanos de construção e próprios cidadãos comuns tenham maior facilidade de compreensão e utilização do mesmo.



13. COESÃO SOCIAL |

Cuidar dos que mais precisam!

O estado deve intervir na vida em sociedade de forma pontual e estratégica, para resolução de problemas, criação de oportunidades, defesa de direitos e cumprimento de deveres dos cidadãos. Deve fazê-lo de forma imparcial e justa, e deve priorizar as maiores falhas. Uma das grandes falhas na vida social atualmente está relacionada com o abandono ou falta de qualidade de vida para idosos, sendo algo que se verifica um pouco por todo o país, e Paços de Ferreira não é exceção. É necessária a criação de meios ou programas que promovam a vida ativa dos idosos, e a facilidade de acesso aos meios da atualidade (destacando-se o setor digital), com acompanhamento próximo e adequado. É igualmente necessário combater o preconceito e discriminação. Acreditamos que a melhor arma de combate é a informação, e esta falha deve ser tratada com sensibilização e reforço da educação no sistema de ensino.

13.1 PROGRAMAS PARA VIDA ATIVA DOS IDOSOS DO CONCELHO

A velhice cada vez mais é sinónimo de abandono e exclusão social na nossa sociedade. É importante evitar este tipo de situações dando um papel ativo aos mais idosos de forma a que se sintam úteis na comunidade. Desta forma queremos a criação de programas vocacionados para as faixas etárias mais velhas de forma a que haja uma dinamização de actividades séniores. Estes programas deverão ter uma periodicidade fixa.

13.2 PROGRAMAS QUE REÚNAM IDOSOS DOS DIFERENTES CENTROS DE DIA

Estes programas são importantes para que haja um contacto entre idosos de diferentes freguesias. Estes contactos são importantes para combater a monotonia da rotina das faixas etárias mais velhas e para criar interação social entre os mais velhos, trocando experiências entre os mesmos.

13.3 PROGRAMAS QUE FOMENTEM A INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇAS E IDOSOS DOS DIFERENTES CENTROS DE DIA

O contacto entre idosos e crianças é algo indispensável para ambas as faixas etárias.

Por um lado, os mais novos conseguem aprender e contactar com realidades diferentes das suas.

Por outro lado, os mais velhos têm experiências diferentes do comum contacto com os restantes idosos. Este contacto cria dinâmicas intergeracionais importantes.

13.4 PROGRAMA PARA INCLUSÃO DOS RECLUSOS DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE PAÇOS DE FERREIRA

Articulado e negociado com o Centro Prisional, com criação de protocolos, deve ser promovida a inclusão dos reclusos na vida social via trabalho comunitário e atividades a apresentar à comunidade (peças culturais). Podem ainda no meio escolar ser desenvolvidas palestras de sensibilização pelos próprios reclusos, que conhecem melhor do que ninguém a realidade da má prática e podem partilhar as suas experiências.

**UM LIBERAL
FAZ MESMO A
DIFERENÇA!**

26 SETEMBRO

**VOTA
INICIATIVA LIBERAL
PARA A
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

ANEXOS

ANEXO 1

[\(Votar à página anterior\)](#)

Proposta: Criação de Zonas Francas

Contexto

Atualmente a Câmara Municipal avalia em que situações isenta empresas de taxas de licenciamento, e outros impostos como o IMT e a Derrama, aquando da construção ou ampliação de instalações, o que pode levar ao favorecimento de algumas empresas em detrimento de outras.

Uma forma de evitar a possibilidade de favorecimento de determinadas empresas e de conduzir o investimento no nosso concelho para as áreas a ele destinadas será através destas mesmas zonas francas.

Objetivos da Proposta

Atração de investimento para o nosso concelho;

Organização do território com a alocação de empresas em áreas pré determinadas (Zonas industriais principalmente);

Criação de postos de trabalho no concelho;

Diversificação do tecido empresarial;

Desenvolvimento da Proposta

A criação de Zonas Francas seria uma forma de combater a especulação imobiliária existente nas diferentes zonas industriais do nosso concelho derivadas da extinção da PFR Invest. Desta forma, a Câmara Municipal poderia criar zonas de desagramento fiscal imediato para que haja um argumento forte à fixação de empresas de média/grande dimensão no nosso concelho.

As isenções de taxas poderiam ser efetuadas por escalões de acordo com o cumprimento de objetivos específicos como o número de postos de trabalho criados ou setor empresarial de atividade.

Desta forma, teremos uma arma para competir com os restantes concelhos envolventes pela fixação de empresas.

Plano de Ação

De forma a esta proposta ser implementada, devem ser primeiramente delimitadas as áreas afetadas a estas zonas francas.

Após essa mesma delimitação deve ser feito um estudo para identificar quais os requisitos mínimos para que as empresas tenham acesso ao desagramento fiscal e os escalões de isenção de acordo com esses mesmos parâmetros.

ANEXO 2

[\(Votar à página anterior\)](#)

Proposta: Centro Acolhimento Tecnológico e Empresarial de Paços de Ferreira (CATEPF)

Contexto

Para o desenvolvimento de uma região, na atualidade, um setor tecnológico e empresarial forte é indispensável. Não é por acaso que as sociedades mais modernas são as mais desenvolvidas a nível digital. É importante criar formas de fácil interação entre empresas e/ou profissionais independentes de maneira mais direta, fácil e eficaz com o intuito de impulsionar o mercado de trabalho para uma realidade mais atual, e atrair investimento. Por outro lado, o nível de qualificação dos jovens de Paços de Ferreira é também cada vez maior, e o facto de Paços de Ferreira não possuir grandes oportunidades de trabalho para os mesmos leva a que se fixem noutras regiões.

Objetivos da Proposta

Facilitar a criação e fixação de empresas no município;

Criar interações entre diferentes áreas, num mesmo local, com acesso a todas as ferramentas necessárias para o desenvolvimento de projetos comuns;

Atrair profissionais liberais e Startups, especialmente na área digital e tecnológica;

Articular com empresas existentes e escolas, para programas de formação/palestras e criação de oportunidades de negócio;

Desenvolvimento da Proposta

O CATEPF abre a porta à inovação no Concelho de Paços de Ferreira. A ocupar um edifício, preferencialmente na posse da CM, sem qualquer tipo de uso, e com condições de acessibilidade, conforto e com espaço suficiente para a colocação de gabinetes individuais e coletivos e espaços comuns (entre os quais sala de reunião/palestra, laboratórios e oficina) ou em último caso, aproveitando terreno do Município, obrigando de qualquer forma a intervenção com projeto e posterior construção/reabilitação e modificação sob a condição de preservação do espaço e prestação de serviços do interesse público ou pagamento de aluguer. O trabalho desenvolvido dentro do CATEPF terá como vantagem a possibilidade de interação entre os vários agentes, criando sinergias positivas entre os mesmos, com a facilidade de frequentarem o mesmo espaço e de nele possuírem todas as ferramentas de trabalho necessárias. Esta é a ideia de base do CATEPF, muito inspirada na iniciativa elaborada pela Câmara Municipal do Fundão com a criação do Centro de Acolhimento de Empresas Tecnológicas do Fundão e de diversos institutos habitualmente construídos na proximidade de centros universitários.

Este Centro de Acolhimento Tecnológico e Empresarial poderá ter também como vantagem uma maior aproximação com a comunidade estudantil, apresentando de forma jovem, atrativa e inovadora o mundo empresarial e o mercado de trabalho podendo gerar mesmo oportunidades de interação entre os estudantes e os trabalhadores nómadas / empresas incubadas que lá se encontrem. O CATEPF incentiva a um ambiente de competitividade mas simultaneamente de cooperação. Desta forma, os profissionais e empresas nele instaladas terão incentivos para unir esforços no sentido de captarem e referenciar oportunidades de negócio e novos mercados que muitas vezes sozinhos não conseguiriam alcançar.

Plano de Ação

Primeiramente deve ser escolhido o espaço no qual será feita uma intervenção, com projeto a definir. Com o projeto definido, pode ser elaborado o programa no qual existirá o regulamento e a forma de concurso aos postos de trabalho. Aberto o concurso, poderão ser colocadas as empresas/trabalhadores independentes, e quando tudo concluído, pode entrar em funcionamento, O regulamento, naturalmente dependente do projeto do espaço, deverá contemplar as condições de aluguer, a existência de programas e parcerias, a atribuição de contratos, entre outros.

Bibliografia / Webgrafia de Apoio

<https://movetofundao.pt/caet/>

ANEXO 3

[\(Votar à página anterior\)](#)

Proposta: Rentabilização do Património Municipal

Contexto

A CM de Paços de Ferreira enquanto entidade pública, deve privar-se da posse e acumulação de património sem qualquer finalidade. Deve ser gestor e regulador dos serviços essenciais que presta, e detentor do que por esses serviços é envolvido. Deve ainda determinar o que não é rentável desafetar para o domínio privado, ou o que não se perspectiva ser mais rentável no momento, procurando uma melhor oportunidade. Naturalmente deve possuir ainda uma pequena reserva estratégica quando se prevê que possa surgir a necessidade de utilização.

Desenvolvimento da Proposta

A IL Paços de Ferreira entende que não é realizada uma gestão sustentável do Património Municipal. Para além de se encontrar em documento muito extenso e de difícil interpretação (títulos vagos), é constituído por património que não deveria pertencer ao domínio público. Tomando como exemplo os terrenos pertencentes à câmara, facilmente se compreende que um terreno não explorado é uma possibilidade a menos para a exploração por parte de um cidadão ou entidade coletiva, quer se destine a construção, exploração agrícola, expansão, entre outros. A CM deve procurar a desafetação de determinados ativos, processo a passar pela Assembleia Municipal, sempre que estes não tenham qualquer uso ou proposta definidos/a definir. Devem ser esporadicamente realizados estudos e auditorias sobre o património, para avaliação da oportunidade e de expectativas, por gente competente na matéria. Deve ser constituída uma reserva estratégica imobiliária, após estudo detalhado e com critérios devidamente definidos. Algum património, deverá integrar propostas que impliquem o uso de determinado solo ou edifício, de forma a haver um aproveitamento do mesmo (A IL em articulação com esta ideia apresenta diversas propostas). Por fim, reservas eventualmente constituídas deverão ser indicadas no PDM.

ANEXO 4

[\(Votar à página anterior\)](#)

Proposta: Digitalização da Câmara Municipal

Contexto

A divulgação de documentação e informação por parte da CMPF e seus serviços remonta a um procedimento dos anos 2000, completamente desatualizado e sem o cuidado necessário e devido perante os interesses dos munícipes. Propomos encarregar pessoal competente na CM pela manutenção das páginas de divulgação e contratar uma entidade através de concurso, para a criação de portais destinados a diferentes áreas de interesse e a diferentes fins, assim como para a remodelação dos sites municipais incluindo a exclusão de informação desatualizada e disponibilização da informação em falta.

Objetivos da Proposta

Rever e remodelar site da CMPF

Criar app da CMPF

Criar portais com versão web e mobile (em app da CMPF) para separação de áreas de interesse (em fichas técnicas próprias)

Criar portais para monitorização de processos de interesse público em tempo real

Criar mapa interativo de Paços de Ferreira (em ficha técnica própria)

Criar espaço online para informação sobre processos fiscais, e com tutoriais simples

Criar espaço online interativo para processo de criação de entidades empresariais

Aproveitar departamento de comunicação para que ao invés de publicarem eventos e inaugurações sem grande interesse geral, se foquem na disponibilização de informação útil ou com maior interesse, como informação sobre finanças, cidadania, curiosidades do concelho, história, entre outros, com adequada facilidade de compreensão, e com um dinamismo e criatividade que permitam a fácil captação da atenção do espectador.

Desenvolvimento da Proposta

Visitando online as páginas e redes sociais do município facilmente se compreende a despreocupação da CPMF para com os mesmos. Escrutínio e compromisso para com os cidadãos não é o forte do atual executivo. Propomos encarregar gente competente na CM, a contratar ou designar entre os atuais funcionários (dependendo das competências que possuem) pelo tratamento e divulgação da toda a informação relativa ao município em curto espaço de tempo, pela alteração da organização do site, pela correção de documentos que estão desatualizados, e pela adição dos que estão em falta. O site deverá ser complementado ainda com uma opção em app para mobile, onde existirá ainda acesso aos portais a desenvolver (naturalmente também em versão web). Estes dizem respeito ao portal de criação de entidades empresariais, com cronologia do processo por etapas mediante opções à escolha, portais de monitorização do trabalho que é desenvolvido pelos serviços pertencentes ou contratados pela Câmara Municipal onde é possível aos utilizadores dar report de problemas a resolver, associado a determinado serviço, portal para acompanhamento das obras a realizar ou em realização no concelho (descrição, localização, estado, prazo de execução, cronologia de tarefas executadas e previstas, link para visualização do contrato) de forma simplificada e gráfica, e portal para programas a decorrer no município, com fácil possibilidade de inscrição. A equipa responsável por todas estas tarefas não necessita de muitos elementos e tem a responsabilidade de manter todo o serviço atualizado. Processos a tratar pessoalmente na CM deverão também, se possível, ser incorporados no serviço.

Plano de Ação

Encarregar responsáveis pelo tratamento de toda a proposta, apontar todas as falhas a resolver, iniciar o processo. Articular com restantes serviços para que recebam os relatórios dos utilizadores.

ANEXO 5

[\(Votar à página anterior\)](#)

Proposta: Dissolução da Gespaços, E.M, S.A

Contexto

A Gespaços, E.M, S.A é uma empresa que tem sob sua responsabilidade a gestão de 10 infraestruturas na cidade de Paços de Ferreira, entre elas as Redes Municipais de Piscinas (2), Rede Municipal de Pavilhões (3), Rede Municipal de Pavilhões Escolares (12), o Patinódromo, o Parque Urbano de Paços de Ferreira, o Museu do Móvel e o Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

A principal função da empresa prende-se com a manutenção, requalificação, inovação, rentabilização e promoção das infraestruturas públicas e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto.

Objetivos da Proposta

Agilizar o processo de dissolução da Gespaços E.M., S.A | Eliminar um caso claro de concorrência desleal no setor dos Ginásios e Fitness | Aumentar a eficiência da gestão de ativos da Câmara Municipal | Reformulação da tabela de preços de acesso aos equipamentos desportivos municipais;

Desenvolvimento da Proposta

Com base no Artigo nº62 do Regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e analisando os Relatórios e Contas da empresa disponíveis (2009-2019) podemos facilmente entender que esta empresa municipal perfaz duas das quatro condições para que seja deliberada a sua dissolução, sendo elas:

a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50 /prct. dos gastos totais dos respetivos exercícios;

b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante é superior a 50 /prct. das suas receitas;

-Sendo levada esta deliberação de dissolução a Assembleia Municipal no dia 26/06/2017, a dissolução da empresa foi aprovada com 19 votos a favor e 10 abstenções tendo inclusive o vereador Joaquim Sousa do pelouro da Gestão Financeira e Económica apelidado a empresa de "braço armado" da Câmara Municipal e que só vinha à Câmara Municipal "pedir dinheiro".

-No dia 30/04/2018 (Acta nº3/2018), a propósito da constituição de uma empresa municipal de nome ""EMPRESA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE PAÇOS DE FERREIRA E.M, S.A" o deputado José Costa relembrou uma declaração do Presidente da Câmara ao jornal o Público em que este diz que "era sua intenção internalizar as empresas municipais existentes, nomeadamente, a PFR Invest e Gespaços, por não fazerem sentido".

-No entanto, em 2021, a empresa Gespaços, E.M, S.A continua no ativo tendo sido injetados subsídios à exploração por parte da Câmara Municipal no valor de 5,090,332.00 euros entre 2017 e 2019. Para além disso, em todos os anos subsequentes, a empresa continua a cumprir os requisitos para a deliberação da sua extinção não havendo uma melhoria da sua saúde financeira, havendo mesmo perspetivas para um forte declínio devido ao impacto da pandemia nos setores do Desporto e Fitness.

Plano de Ação

-A elaboração de um plano para a dissolução da empresa seria o primeiro passo, passando a gestão de ativos para um departamento da Câmara Municipal. Nesse plano estratégico deveriam ser estudados quais os trabalhadores da Gespaços que poderiam ser integrados no mapa de pessoal do município para desempenhar funções no novo departamento da Câmara Municipal ou fora dele, como consta no mesmo artigo nº62 do Regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

-Alargar a gestão de todos os ativos do município a esse departamento para que haja uma maior centralização dessa gestão e para que se aumente a eficiência no tratamento dessas questões. Para além do aumento de eficiência, é uma questão de coerência no sentido em que não faz qualquer sentido existirem ativos do município, como os parques e circuitos de manutenção, em que a gestão de alguns deles é afeto à Gespaços e outros às suas respetivas freguesias.

Bibliografia / Webgrafia de Apoio

- Artigo nº62 do Regime Jurídico da atividade empresarial local e das participações locais: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1792&tabela=leis&so_miolo= ;
- Relatório e Contas GESPAÇOS (2009-2019): <https://www.gespacos.pt/index.php/gespacos/inform-financ/relatorios-e-contas> ;
- Acta nº3/2018
- Acta nº4/2017
- Tabela de Preços Gespaços: https://www.gespacos.pt/files/tab_precos_2020-2021.pdf

ANEXO 6

[\(Votar à página anterior\)](#)

Proposta: Mapa Interativo Local

Contexto

Com o desenvolvimento da tecnologia, e com a maior exigência permitida pelo aparecimento de novas ferramentas, há uma necessidade gritante de atualizar e tornar digital e interativa grande parte da informação disponibilizada pela CM de Paços de Ferreira. Nesta informação inclui-se com enorme relevância aquela que permite ao utilizador identificar de forma mais fácil e eficiente tipologias (zonas de serviços, zonas de habitação, zonas industriais, zona patrimoniais e zonas vegetais) e caminhos pertencentes à malha viária e ou pedonal (na qual se incluem os trilhos) do mapa do Município. Não faz qualquer sentido na atualidade apresentar esta informação ao utilizador na forma de imagem, com uma carga visual exaustiva e com informação tão acumulada e sobreposta.

Objetivos da Proposta

Criação de uma interface serviço-utilizador que facilite a pesquisa pelo mapa da região

Demarcação no mapa das zonas identificadas no PDM

Filtragem de informação dando ao utilizador a opção de escolha daquilo que o mesmo pretende visualizar

Apresentação ao utilizador de informações úteis como tempos de deslocação, propostas para passeio e desporto, entre outras

Apresentação ao utilizador de curiosidades acerca de determinados pontos (património e outros com destaque no concelho)

Desenvolvimento da Proposta

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira deve ter entre os seus funcionários gente competente para tratar os processos digitais, responsáveis pela divulgação de informação e pela agilização dos serviços disponibilizados. O serviço tratado nesta proposta corresponde ao da divulgação de um mapa no qual é possível ao utilizador escolher a informação que pretende filtrar, e na qual este pode obter sugestões dependendo daquele que é o objetivo da consulta. O mapa de base pode ser o obtido para o PDM, o que facilita o processo visto que não existe necessidade de efetuar grandes levantamentos, assim como a identificação das tipologias, que necessitam ainda assim de uma atualização pois, por exemplo, algum do património demarcado na realidade não existe no local. A questão do PDM será ainda assim tratada numa proposta à parte e teria que ser tratada numa fase anterior à da criação do mapa interativo. Como exemplo daquilo que é pretendido pode ser consultado o mapa interativo da Câmara Municipal de Santo Tirso. Entre os filtros da interface, deverão existir separadores para os diferentes serviços do Município, públicos e privados, de saúde, mobilidade, de depósito de resíduos, educação, órgãos municipais, pavilhões desportivos, entre outros, assim como locais de lazer, locais religiosos e por fim, com grande relevância, um filtro dedicado às empresas, com informação relativa a zonas de possível construção, a zonas industriais existentes e a órgãos burocráticos relacionados.

Plano de Ação

A primeira etapa passa por responsabilizar funcionários pela criação e divulgação do mapa interativo, a tornar disponível no site da CM de Paços de Ferreira. A partir do PDM atualizado podem iniciar o processo, que deverá levar cerca de um mês para ficar concluído. Deverá ser tida em consideração a possível falta de destreza de alguns utilizadores para o mundo digital, e desta forma, devem procurar um design simples e de fácil compreensão para todos, com orientações iniciais. Em articulação com propostas para descomplicação do processo de criação e gestão de empresas deve ser adicionado um separador dedicado exclusivamente a estas entidades.

Bibliografia / Webgrafia de Apoio

<https://www.cm-stirso.pt/viver/urbanismo/planeamento/mapas>

<http://websig.cm-stirso.pt:94/geoportal/?webmic>

<https://portalsig.cm-porto.pt/portal/apps/sites/#/mipweb>

ANEXO 7

[\(Votar à página anterior\)](#)

Proposta: Construção do Terminal Rodoviário

Contexto

O setor dos transportes em Paços de Ferreira está monopolizado pela Auto Viação Pacense que presta um serviço medíocre e sem qualquer alternativa para os munícipes.

Existe também uma ausência total de infraestruturas de apoio quer à empresa exploradora como aos seus passageiros.

A Iniciativa Liberal - Paços de Ferreira olha para este problema como fulcral na medida em que impacta diariamente a vida das pessoas.

Objetivos da Proposta

Criar uma infraestrutura com condições adequadas para a utilização de transportes públicos;

Dotar a infraestrutura de dimensão suficiente pensando já a longo prazo no âmbito da criação da linha férrea no nosso concelho de forma a garantir a intermodalidade de transportes;

Criar uma infraestrutura com dimensão suficiente para ser possível a fixação de outras empresas de transportes coletivos no nosso concelho;

Desenvolvimento da Proposta

Um dos grandes problemas do concelho é a ausência de serviços de qualidade no setor dos transportes.

A monopolização deste setor bem como a falta de condições serão sempre um entrave para os habitantes de Paços de Ferreira que não têm outra forma de se deslocarem, não havendo qualquer opção de escolha ao serviço atual quer dentro do transporte rodoviário, quer fora do transporte rodoviário.

A Iniciativa Liberal - Paços de Ferreira entende que é de extrema urgência fazer algo para alterar esta tendência de prestação de maus serviços que existe no nosso concelho há décadas.

Para tal, a Iniciativa Liberal - Paços de Ferreira propõem a construção de um terminal rodoviário que irá colmatar a ausência de infraestruturas no concelho, dando melhores condições para os munícipes e para futuras empresas que com este projeto se irão sentir mais atraídas a se fixarem em Paços de Ferreira.

A construção desse terminal incluiria, para além da zona de estacionamento dos próprios autocarros, infraestruturas de apoio bem como uma espaço possível de ser explorado para efeitos de cafetaria voltado para o Parque Urbano de Paços de Ferreira.

Plano de Ação

Em primeiro lugar, deveria ser analisado qual o melhor espaço para localizar o terminal tendo em conta os terrenos que são propriedade da câmara.

Após isso, deveria ser feito um estudo de mercado para perceber a possibilidade de fixação de novas empresas no nosso concelho e adaptar o projeto aos resultados desse mesmo estudo.

ANEXO 8

[\(Votar à página anterior\)](#)

Proposta: Criação de uma rede de carregamento elétrico para veículos

Contexto

Com a grande aposta no mercado do carro elétrico, e tendo em conta a mobilidade exigida para o desenvolver do dia a dia das pessoas na atualidade, é necessário pelo menos a médio/longo prazo criar a facilidade de carregamento de veículos elétricos em locais estratégicos no Município. Propomos avançar no imediato com a construção de uma rede de postos para que os munícipes e visitantes possam usufruir desde já de um serviço para o qual a criação se tornará futuramente inevitável.

Objetivos da Proposta

Criar a possibilidade de carregamento elétrico em zonas estratégicas

Procurar melhor proposta para a intervenção entre candidatos que pretendam explorar o serviço atempadamente para que seja efetuado o melhor estudo e a melhor escolha

Incentivar a aposta nos veículos elétricos

Desenvolvimento da Proposta

Acreditamos que com o desenvolvimento natural de uma sociedade, surgem novas necessidades, e é da responsabilidade da CM acompanhar estas, e atempadamente procurar soluções e/ou facilidades que acompanhem este desenvolvimento. Em locais de maior interesse, a definir em estudo com relativa complexidade (necessidade de inserir vários indicadores para aferir a maior ou menor necessidade de colocação) deve ser realizada a intervenção, pela empresa encarregada após concurso público. O estacionamento junto ao posto deve ser exclusivo para carregamento, e o pagamento pode ser efetuado de duas formas. Para uma utilização deve ser cobrado um valor fixo porém, deve ser criada a possibilidade da criação de um " cartão verde " com anuidade que permita aceder de forma gratuita ao carregamento. O contrato depende também de um estudo a ser realizado, e poderia ter intervenção paga com taxa sobre os valores pagos pelo uso do serviço, com valor fixo a ser pago pelos ganhos do serviço até abate do valor ou por valor fixo pago inicialmente pela CM e exploração independente pela própria CM. O objetivo não sendo o de criar lucro, leva a que as receitas revertam para causas na mesma área, isto é, para a aposta em energias mais verdes e para a sustentabilidade ambiental. Automaticamente surge aqui também um incentivo para que haja uma maior aposta na aquisição de veículos elétricos.

Plano de Ação

O plano passa primeiramente pela abertura de concurso público para apuramento de uma entidade responsável pela execução, implica ainda uma legislação para que o estacionamento junto aos postos seja dedicado exclusivamente a carregamento e um estudo profundo para a seleção do melhor contrato e do melhor plano.

Bibliografia / Webgrafia de Apoio

<https://mobie.pt/map>

ANEXO 9

[\(Votar à página anterior\)](#)

Proposta: Rede de Trilhos Municipal

Contexto

O concelho de Paços de Ferreira tem um vasto património edificado, ambiental e cultural sem aproveitamento ou dinamização e em alguns casos mesmo esquecido.

A existência de trilhos é algo que se verifica em todos os municípios ao redor de Paços de Ferreira, em maior ou menor dimensão, e que de alguma forma incentiva as pessoas à prática de desporto e a conhecer os recantos das suas freguesias e cidades.

Objetivos da Proposta

Criação de uma Rede de Trilhos Municipal seguindo o regulamento da FCMP;

Interligar a Rede Municipal aos trilhos existentes em concelhos vizinhos;

Criar um mapa com os Trilhos marcados, bem como outros caminhos florestais;

Incentivar a prática de desporto e dar mais condições a quem a pratica;

Trazer as pessoas de Paços de Ferreira às suas origens e a sítios até agora inacessíveis por maior parte das pessoas;

Monitorização implícita do estado das matas quanto ao depósito indevido de resíduos (poluição) e risco de incêndios;

Dar a conhecer à população o património histórico e biológico/zoológico do nosso concelho

Desenvolvimento da Proposta

A criação de uma rede municipal de trilhos em Paços de Ferreira é algo necessário e uma peça fundamental no enquadramento de aproveitamento do património histórico/cultural/natural desenhado pela Iniciativa Liberal-Paços de Ferreira.

Para além de ser algo com uma relação custo/benefício muito reduzida, no nosso entender, esta altura pós pandémica veio introduzir hábitos não só da prática de desporto como do contacto com a natureza, dentro das suas respetivas localidades, na rotina de todos.

Assim sendo, e aproveitando esse aumento da prática desportiva registado de forma geral, é perceptível a falta de condições que o município oferece neste âmbito.

Com a criação da rede de trilhos existirá também uma monitorização/ consciencialização implícita do valor patrimonial e ambiental das nossas matas e caminhos, dissuadindo as pessoas de as poluírem com o depósito de resíduos industriais que atualmente se verifica em grande escala ou até mesmo de provocarem incêndios nas mesmas.

Desta forma, é objetivo da Iniciativa Liberal-Paços de Ferreira a implementação de uma Rede de Trilhos Municipal que teria duas fases:

Num primeiro patamar, a criação de trilhos que interligassem pontos culturais de todas as freguesias com os seus parques de lazer/circuitos de manutenção;

Numa segunda fase, passar para a criação de uma rede de trilhos municipal que tornasse possível a interligação entre o máximo de pontos de relevância cultural e todas as freguesias;

A par dessas duas fases, ter em conta a eventual ligação da rede com as redes de municípios vizinhos.

Plano de Ação

Para que esta rede seja criada, entendemos que é preciso um trabalho de equipa entre todos os presidentes de junta de cada freguesia, Câmara Municipal e associações de Trilheiros, de forma a fazer um levantamento do património natural/cultural/histórico que seja possível identificar.

Após esse levantamento, e ainda em intercâmbio com todas as juntas de freguesia, e com o auxílio da carta militar do município se necessário (é uma das exigências para ter trilhos oficiais), o mapeamento e o tracejar de toda a rede de trilhos do município bem como a distribuição de todos os equipamentos como placas com informações sobre património histórico e natural, bancos de repouso ou caixotes do lixo.

ANEXO 10

[\(Votar à página anterior\)](#)

Proposta: Seguro de Saúde Municipal

Contexto

O acesso a cuidados de saúde é um direito constitucionalmente previsto e de extrema importância. Com o aparecimento da pandemia e mesmo antes dela, este acesso foi continuamente transformado num acesso continuado a intermináveis listas de espera que muito têm impactado a saúde dos portugueses. Neste sentido, a Iniciativa Liberal entende que a fixação do estado central com a não inclusão do setor privado e social da saúde no serviço nacional da saúde tem prejudicado largamente todos os que dela precisam, encurtando assim o leque de alternativas ao sistema nacional de saúde ineficiente que hoje temos.

Desta forma, é do entender da Iniciativa Liberal - Paços de Ferreira que um Seguro de Saúde Municipal dá a resposta a algumas destas necessidades ignoradas constantemente pelo estado central.

Objetivos da Proposta

Dar liberdade de escolha as municípios sobre qual o seu prestador de cuidados de saúde;

Garantir o efetivo acesso a cuidados de saúde evitando as listas de espera de largos meses existentes na oferta de saúde pública atual;

Apostar numa abordagem voltada para a saúde preventiva ao invés de uma abordagem curativa da mesma;

Desenvolvimento da Proposta

À semelhança daquilo que foi feito no município de Figueira de Castelo Rodrigo, a Iniciativa Liberal - Paços de Ferreira propõe a criação de um Seguro de Saúde Municipal.

A proposta feita pela Iniciativa Liberal - Paços de Ferreira terá sempre como exemplo o seguro de saúde municipal concursado pela Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. Ainda assim é importante ressaltar que tendo o município de Paços de Ferreira uma população mais jovem e em maior número, é expectável que os preços oferecidos pelas seguradoras sejam relativamente mais baixos dada a economia de escala presente e o risco mais baixo. Ainda assim, para efeitos de estudo desta proposta foram utilizados os valores contratualizados com o município guardense.

Este Seguro de Saúde Municipal estaria acessível a todos os habitantes de Paços de Ferreira que não beneficiem atualmente de ADSE. O Seguro de Saúde Municipal teria um custo de 3,5% da diferença entre o Rendimento mensal declarado do munícipe e o Salário Mínimo até um teto máximo de 10 euros mensais. Desta forma, todos os municípios com rendimentos mensais declarados inferiores ao salário mínimo teriam este Seguro de Saúde Municipal de forma gratuita.

Esta proposta faria com que toda a população tivesse acesso a um seguro de saúde, principalmente a população idosa e/ou com doenças graves a quem muitas vezes são pedidos preços proibitivos para este tipo de proteção na saúde ou que, em alguns casos, são mesmo excluídos deste tipo de serviço.

A Iniciativa Liberal - Paços de Ferreira já efetuou um estudo o mais aproximado possível para ter uma noção do impacto orçamental desta medida. Para esse estudo foram usados os dados relativos ao contrato da seguradora com o Município de Figueira de Castelo Rodrigo, dados populacionais dos censos 2021 e o estudo ao IRS por concelho feito pelo INE referente ao ano de 2019.

Desse estudo resultou uma estimativa de custo total de cerca de 2,5 Milhões de euros anuais no caso de toda a população de Paços de Ferreira aderir ao Seguro de Saúde Municipal.

As contribuições dos municípios iriam ascender a cerca de 1,3 Milhões de euros anuais sendo por isso expectável um custo líquido aos cofres da Câmara Municipal de 1,2 Milhões de euros anuais.

Perspectivando o pior cenário possível em que apenas a população com rendimentos declarados anuais iguais ou inferiores ao salário mínimo aderisse, o custo líquido desta proposta ascenderia a 1,8 Milhões de euros anuais.

Plano de Ação

Para que esta proposta seja realizada, em primeiro lugar deveria haver uma prospeção de mercado na tentativa de perceber quais os moldes de seguro de saúde estariam disponíveis e quais aqueles que mais iriam impactar a população pacense.

Após esse estudo de mercado seria lançado um concurso público para que qualquer seguradora pudesse concorrer escolhendo dessa forma a opção que oferecesse o melhor preço.

Bibliografia / Webgrafia de Apoio

Instituto Nacional de Estatística - Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS: 2019. Lisboa: INE, 2021. Disponível na [www: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/6358886>](https://www.ine.pt/xurl/pub/6358886). ISSN 2184-7177. ISBN ISBN 978-989-25-0573-2

Detalhe contrato seguro de saúde CM Figueira de Castelo Rodrigo (base.gov.pt)

INE - Plataforma de divulgação dos Censos 2021 – Resultados Preliminares

ANEXO 11

[\(Votar à página anterior\)](#)

Proposta: Criação de Portal Municipal da Habitação

Contexto

É necessário facilitar o processo para a aquisição de habitação nos diferentes moldes possíveis, tornando-o mais digital e criando maiores incentivos para que o próprio mercado funcione com menores limitações. Numa realidade na qual é cada vez mais complicado comprar ou arrendar uma casa, é ainda urgente possibilitar esta aquisição a um custo mais baixo, adotando programas de incentivo para proprietários ou melhor dinamizando a habitação social e construção de nova habitação.

Objetivos da Proposta

Indicar de forma ágil, prática e interativa processos relacionados com habitação

Dinamizar e diminuir custo de construção de habitação

Incluir programa de arrendamento acessível no portal

Fornecer indicadores e dados acerca do setor no Município

Desenvolvimento da Proposta

O portal, em plataforma digital, deve contemplar separadores semelhantes aos do portal da habitação da IHRU, nos quais é possível a candidatura a um programa de arrendamento acessível (ponto 12.5.), quer pela parte do proprietário, nas várias formas de inscrição de propriedade ou candidatura a construção/utilização de património ocioso Municipal, quer pela parte do arrendatário. A intermediação entre estes dois pode ser mais direta, sendo da responsabilidade do proprietário o contacto com os candidatos e aceitação dos mesmos (sempre em cumprimento com a taxa de esforço definida no programa para estabelecimento do valor das rendas, e privilegiando cidadãos com rendimentos de menores escalões, a definir em programa com respectivos benefícios/isenções de forma a tornar a atração equivalente para todos), ou pode ser mais indireta com a CM a surgir como intermediária e assumindo a responsabilidade do concurso (à semelhança do que se verifica no programa Programa Porto com Sentido). Naturalmente apenas candidatos para primeira habitação estão aptos ao programa. Deve surgir ainda um separador para a aquisição ou construção de habitação, fora deste programa, no qual é indicada toda a documentação associada a todo o processo necessário, com possibilidade de encaminhamento dos documentos para os destinatários competentes e de pedido de auxílio em determinado ponto, para o qual a CM fará o acompanhamento necessário. A ideia passa por agilizar e facilitar todo o processo, visto que é difícil neste setor diminuir a burocracia a nível local. Ao nível informativo, deve surgir no portal ainda um separador dedicado à divulgação de indicadores e dados relativos à habitação, o Manual Gabinete de Construção 2.0 (ponto 12.8.) e um resumo da influência de documentos como o PDM e Código de Expropriações e de como são aplicados (deve ser estudada ainda a possibilidade de incluir um cálculo estimado automático do valor de determinada expropriação mediante preenchimento de dados de entrada, meramente informativo, e para procurar de forma simples e fácil indicar um intervalo adequado para comparação com o valor negociado de forma a comprovar que nenhum cidadão é lesado. O fator de localização utilizado no cálculo pode ser correlacionado com o fator presente no cálculo do IMI).

Plano de Ação

Inicialmente deve ser mapeado todo o património Municipal com potencial para habitação, e deve ser realizada uma recolha de dados acerca do setor. Só desta forma poderão ser retiradas conclusões relativas à necessidade de oferta. Toda a informação deve ser implementada no portal da habitação, a criar em plataforma digital à semelhança de todos os restantes portais, e devem ser programados processos interativos para aquisição/construção de habitação com

ligação a toda a documentação necessária e possibilidade de encaminhamento da mesma. O programa de arrendamento acessível deve constar na plataforma e deve abrir no imediato para que se possam iniciar concursos e negociações para a aquisição de habitação a valor acessível e de acordo com os rendimentos das famílias.

Bibliografia / Webgrafia de Apoio

<https://www.portaldahabitacao.pt/>

<https://paa.portaldahabitacao.pt/web/paa>

<https://www.portovivosru.pt/arrendamento-acessivel>

